

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL - FSSO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANA JULIA CAVALCANTE

**O PERFIL DAS/OS DOCENTES E DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
DO CAMPUS A.C SIMÕES - UFAL: intersecções de gênero e raça**

Maceió / AL
2024

ANA JULIA CAVALCANTE

**O PERFIL DAS/OS DOCENTES E DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL
DO CAMPUS A.C SIMÕES - UFAL: intersecções de gênero e raça**

Monografia de conclusão de curso apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra Elvira Simões Barretto.

Maceió / AL
2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C376p Cavalcante, Ana Julia.
O perfil das/os docentes e discentes do curso de Serviço Social do Campus A.C Simões - UFAL : intersecções de gênero e raça / Ana Julia Cavalcante. – 2024.
69 f. : il.

Orientadora: Elvira Simões Barretto.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social: bacharelado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 67-69.

1. Gênero. 2. Raças. 3. Capitalismo. 4. Serviço social. 5. Ética profissional. I. Título.

CDU: 364.442.2:174



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas /UFAL

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA JULIA CAVALCANTE
Data: 20/11/2024 14:17:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DISCENTE: Ana Julia Cavalcante,

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 13/11/2024

Título: “O PERFIL DAS/OS DOCENTES E DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO
SOCIAL DO CAMPUS A.C SIMÕES - UFAL: intersecções de gênero e raça”

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br ELVIRA SIMOES BARRETTO
Data: 18/11/2024 14:33:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professora Dra. Elvira Simões Barretto(orientadora)

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREA PACHECO DE MESQUITA
Data: 19/11/2024 13:16:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Andrea Pacheco de Mesquita

Documento assinado digitalmente
gov.br JAQUELINE DA SILVA LIMA
Data: 19/11/2024 13:37:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Ms. Jaqueline da Silva Lima

AGRADECIMENTOS

Depois que entrei na universidade eu me redescobri como pessoa, me senti capaz de realizar atividades que antes me faziam ter medo. Tive a oportunidade de conhecer docentes incríveis que me mostraram um mundo que nunca tive acesso anteriormente, encontrei um amor pela pesquisa que não pensei que gostaria.

O curso de Serviço Social, me trouxe muito mais do que conhecimento, ele abriu meus olhos para a realidade que antes estava encoberta pelo capitalismo. Com isso, pude ver as desigualdades e o preconceito onde antes achava que era tudo normal, me proporcionou amizades que espero poder levar para frente.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe Rosalinda, ela é um exemplo de feminista mesmo que não veja isso. Ela criou sozinha duas filhas, deu todo o amor que pode, nos ensinou desde pequenas a sermos fortes e independentes. Minha mãe é um exemplo de mulher, minha rocha nos meus piores dias, o colo que até hoje me acolhe quando preciso.

À minha irmã Caroline, é a segunda mulher que me espelho todos os dias, saiu de casa cedo para buscar sua própria independência. Uma mulher forte, determinada, que não leva desaforo para casa. Quando preciso, seus conselhos são uma das melhores coisas que posso pedir, suas palavras me confortam nos meus piores dias.

À minha avó Maria dos Anjos, sempre tivemos nossas pequenas discussões, mas ela sempre foi uma das melhores pessoas que já conheci. Ela criou seis filhas, vários netos e até hoje quando precisamos ela está presente. Eu devo muito do que tenho hoje a ela, ela nunca nega nada mesmo que às vezes não concorde com tudo.

À minha família em geral, bom ou ruim vocês me ensinaram sobre muitas coisas na vida, foram meu alicerce por muito tempo e tenho muito a agradecer. Nem todas as memórias são boas, porém sempre estiveram presentes e preocupados comigo.

À minha professora, orientadora e amiga Elvira Barretto, ela fez muito mais do que o necessário durante toda a minha graduação. Quando eu não aceitava os meus limites e tentava fazer mais do que conseguia, ela me parava e pedia para diminuir. Meu maior arrependimento da universidade é não ter sido capaz de fazer o PIBIC com ela, porém espero fazer muitas outras atividades juntas no futuro.

Ao meu amigo Luan Thalles, nossa conexão ocorreu no primeiro dia de aula e nunca mais nos afastamos, não teria conseguido passar por tudo isso sem a sua ajuda e conselhos. Você é, e sempre será, a melhor coisa que a universidade me proporcionou, nunca o esquecerei e sempre estaremos juntos nessa jornada.

Ao João, Tia Nau e Ninha, vocês foram um grande presente que recebi nesses últimos anos, não conseguiria chegar até aqui sem vocês. Quando estava pior, sempre estavam ao meu lado, não podia pedir mais do que me deram. Espero poder contar com sua amizade por ainda muitos anos, mas saibam que conhecê-los foi muito importante para mim.

Aos meus amigos e colegas que me acompanharam nessa jornada, como Samara, Vitoria, Maria Vitoria, Mariana, Lidiany, entre outros. Eles fizeram parte da minha jornada, e agradeço sua companhia.

À todas as minhas professoras/es que me acompanharam nessa jornada, principalmente Japson, Márcia lara, Edvânia, Virginia, Aruã, Marcos entre outros. Não só compartilharam seu conhecimento comigo, mas foram além ao me auxiliar em entender o que é ser uma assistente social.

Às assistentes sociais da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, elas me acolheram e me ensinaram muito sobre a atuação profissional. Em especial minha supervisora, lara Cristine que sempre me estendeu a mão e me auxiliou em minhas dificuldades.

Todos vocês de alguma forma contribuíram para quem eu sou hoje, e quem serei no futuro como uma profissional. Não há palavras suficientes para agradecer-los, espero sempre poder contar com sua orientação e amizade.

RESUMO

Este trabalho trata do perfil das docentes e discentes do curso de serviço social do Campus A.C Simões, com os objetivos de promover uma reflexão sobre as raízes históricas do Serviço Social como uma profissão feminina, vinculada diretamente às demandas do modo de produção capitalista patriarcal e de demonstrar que as poucas mudanças nesse perfil, no decorrer dos anos, trazem a marca da interseccionalidade de gênero e de raça na particularidade do capitalismo Brasileiro. Ao longo de todas as mudanças do perfil e no projeto profissional da/o assistente social não se pode negar que a sociedade ainda vê esses profissionais como pessoas “boas”, “caridosas” e “empáticas”. Isso é uma forma de estereotipar a profissão como sendo uma função feminina, já que essa visão da assistente social é funcional ao modo de produção capitalista. Compreende-se a influência direta do patriarcado no perfil da assistente social enquanto profissional e determina a sua função no contexto da reprodução do capital. Reconstrói-se historicamente a gênese do serviço social, apreende-se as mudanças no projeto ético político da profissão, que culmina no reconhecimento da importância das questões de gênero e étnico-raciais para uma coerência ético-política na atuação profissional. Fica patente que a intersecção entre as categorias fundamentais: raça, gênero e classe, é fundamental para o entendimento do atual perfil de discentes e docentes do curso de serviço social na Universidade Federal de Alagoas, o universo da pesquisa. A metodologia principal utilizada foi um estudo exploratório por meio de revisão bibliográfica e documental de livros, artigos e textos. Além disso, também foram utilizados dados retirados de um site da própria Universidade Federal de Alagoas: Ufal em Números - <https://numeros.ufal.br/>. Como resultado principal foi possível constatar a grande desigualdade de gênero que está presente no curso, majoritariamente formado por mulheres - docentes e discentes, até os dias de hoje, apesar do marco de ruptura com o conservadorismo na década de 80.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Capitalismo. Serviço Social. Projeto Ético-Político

ABSTRACT

This paper addresses the profile of the faculty and students of the Social Work course at the A.C. Simões Campus, with the objective of promoting a reflection on the historical roots of Social Work as a female-dominated profession, directly linked to the demands of the patriarchal capitalist mode of production. It also aims to demonstrate that the few changes in this profile over the years bear the mark of gender and race intersectionality within the particularities of Brazilian capitalism. Throughout the changes in the profile and in the professional project of the social worker, one cannot deny that society still perceives these professionals as "good," "charitable," and "empathetic." This is a way of stereotyping the profession as a feminine role, as this view of the social worker aligns with the capitalist mode of production. The influence of patriarchy on the profile of the social worker as a professional is thus understood, determining their role in the context of capital reproduction. The historical genesis of Social Work is reconstructed, with an understanding of the changes in the ethical-political project of the profession, culminating in the recognition of the importance of gender and racial/ethnic issues for a coherent ethical-political approach in professional practice. It becomes clear that the intersection of the fundamental categories of race, gender, and class is essential to understanding the current profile of students and faculty in the Social Work course at the Federal University of Alagoas (UFAL), the context of this research. The primary methodology used was an exploratory study through bibliographical and documentary review of books, articles, and texts. Additionally, data from the UFAL website - *Ufal em Números* (<https://numeros.ufal.br/>) - were also used. As a result, it was possible to identify the significant gender inequality present in the course, which remains predominantly female—both in terms of faculty and students—up until today, despite the rupture with conservatism in the 1980s.

Keywords: Gender. Race. Capitalism. Social Work.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL.....	10
2.1 A Gênese do Serviço Social.....	10
2.2 Projeto ético Político: Colaborações para o Debate de Gênero e Raça.....	25
2.3 A Luta contra a Opressão no Contexto do Serviço Social.....	29
3. INTERSECÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO E RAÇA: NO CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL DA UFAL.....	40
3.1 Interseccionalidade entre as Categorias Gênero e Raça.....	43
3.2 Deslocamento das Docentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas no Campus A.C Simões na Última Década: Intersecção de Gênero e Raça....	50
3.3 Deslocamento das Discentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas no Campus A.C Simões na Última Década: Intersecção de Gênero e Raça....	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
REFERÊNCIAS.....	66

1. INTRODUÇÃO

Sempre fui criada no meio de mulheres fortes que, seja por suas escolhas ou até mesmo o destino, tiveram que criar suas filhas/os com pouco ou nenhum apoio masculino. Essa realidade influencia na personalidade e vida dessas mulheres, muitas têm que aprender a se protegerem sozinhas e criarem seus filhos sem apoio. Nunca irei esquecer uma fala da minha avó, antes de adentrar na universidade, “Estude, trabalhe e não dependa de nenhum homem para nada”. Isso me motivou a me aprofundar na questão de gênero e entender o motivo por traz da sociedade achar que a mulher precisa de um homem para se sentir realizada ou ter valor.

A minha escolha para entrar no curso de Serviço Social foi totalmente errada, por conta de eu ser uma mulher e minha personalidade, fui induzida a escolher esse curso. Porém, tive a sorte de me encontrar e redescobrir dentro do Serviço Social, a escolha dessa temática é por eu mesma ter feito a escolha do meu curso através dos preconceitos dos outros, e até do meu mesmo. Para entender melhor é necessário se aprofundar na gênese do Serviço Social e a sua influência até os dias atuais.

Como um curso que emerge no contexto do capitalismo monopolista, o Serviço Social, desde seu início, foi marcado por dois elementos fundamentais: sua base religiosa e sua constituição feminina. Ou seja, desde as primeiras formas de assistência até a profissionalização, na ideocultura da sociedade, está intrínseco o pensamento de que essa é uma profissão/curso voltado para o público feminino, cujas bases histórico-críticas discorreremos no decorrer do presente estudo.

Na contemporaneidade, a profissão se depara com a dualidade de que ao mesmo tempo em que assume uma direção política que vai de encontro à lógica do capital, visando a democratização de acesso a bens e serviços para a classe trabalhadora, a favor da justiça e igualdade; ainda, assim, é uma profissão que não consegue se desvencilhar da representação social da ajuda e do cuidado, características tidas como femininas, persistindo, até os dias de hoje, o traço feminino na profissão.

Há de se considerar que no Brasil existem muitas universidades, sejam públicas ou privadas, que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial e/ou EAD. No caso do presente estudo, o universo da pesquisa será a análise dos dados obtidos da Universidade Federal de Alagoas - UFAL Campus A.C

Simões. Essas informações foram obtidas de duas formas: os dados das docentes foram embasados no Trabalho de Conclusão de Curso de Alane Ananias da Silva com o tema “As Mulheres Docentes na Universidade Federal de Alagoas na Perspectiva de Gênero e Raça”. Em relação aos dados dos discentes da UFAL, foram obtidos ao acessar um dos portais oficiais e de transparência, o UFAL em números.

Compreendemos que a sociedade capitalista-patriarcal, racista e lgbtqi+fóbica gera preconceitos que recaem , também, na profissão de Serviço Social, como em outras profissões. Assim, não se pode esquecer que o modo de produção capitalista se sustenta na reprodução dessa desigualdade, ou seja, no contexto do capitalismo é impossível conquistar a emancipação humana. As universidades podem ser consideradas um reflexo dos mecanismos do capital de reproduzir as desigualdades para a sua manutenção.

Essa pesquisa teve influência de dois projetos de iniciação científica no ano de 2021, ambos sob orientação da professora Elvira Barretto, um deles foi o do autor Joelcio Jackson Lima Silva com o título de trabalho “O Perfil de Lugar das Mulheres Discentes dos Campi e Unidades Fora de Sede da UFAL, nos Últimos Dez Anos”. O segundo projeto é da autora Alane Ananias da Silva, com o título do trabalho “O Perfil de Lugar das Mulheres Docentes dos Campi e Unidades Fora de Sede da UFAL, nos Últimos Dez Anos”.

O objetivo principal da nossa pesquisa de TCC é compreender como a base de formação da profissão e da própria sociedade moldam o pensamento e o perfil do/a profissional, até os dias de hoje; como também, refletir sobre a questão: mesmo com todas as mudanças para romper com o conservadorismo de base cristã e positivista de cunho patriarcal, permanece a marca do feminino no serviço social. Para a consecução dos objetivos propostos, fizemos uma digressão teórica e histórica, realizando leituras bibliográficas de cunho exploratório, fichamentos, compilações de dados de documentos e relatórios de pesquisas.

Em outras palavras, fizemos uma revisão bibliográfica de livros, artigos e textos disponibilizados pela internet ou que tenham sua digitalização na mesma, isso se deve a necessidade do entendimento do impacto histórico da profissão e como ela foi sendo desenvolvida durante os anos. Outra ferramenta utilizada foram dados disponibilizados pela própria Universidade Federal de Alagoas por meio de um dos seus sites oficiais, o Ufal em Números: <https://numeros.ufal.br/>.

Entendemos que é indispensável compreender como a formação e a constituição inicial da profissão foram fundamentais para a configuração atual da representação social do Serviço Social e a marca do feminino na profissão. Consideramos ser importante trazer a discussão sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social e o Código de Ética do Serviço Social contemporâneo.

Por fim, é fundamental analisar dados de realidade para apreender se em uma década há mudanças significativas no perfil dos discentes e docentes da UFAL, para trazer ao debate possíveis mudanças ou não na predominância de mulheres na formação acadêmica do serviço social.

Percebe-se com o presente estudo que no curso de Serviço Social, em específico, não há mais uma grande discrepância entre a quantidade de negras/os e brancas/os no contexto da formação profissional, mas o mesmo não pode ser dito de outras etnias que acabam não tendo sua representação trazida para o debate.

Este TCC está dividido em três seções: a introdução, a primeira parte onde fazemos a reconstrução histórica do serviço social, desde quando ainda não era uma profissão em si, quanto das mudanças no seu Projeto Ético-Político que chega nos dias de hoje com a proposta de um perfil profissional crítico ao modo de produção capitalista e com um compromisso com as demandas dos/as usuários/as em vista ao acesso a direitos sociais.

A terceira sessão é centralizada na análise de dados das docentes e discentes da Universidade Federal de Alagoas no Campus A.C Simões, para assim poder ser analisado se na última década ocorreu uma mudança no perfil de gênero e raça no contexto desses grupos¹.

¹ Apesar de não ser objeto da nossa investigação, vimos como oportuno trazer o recorte de raça no quadro discente nos últimos dez anos, já que ocorreram mudanças importantes, diferentemente do perfil de gênero.

2. RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL

Para o entendimento de como o Serviço Social se tornou uma profissão “feminina” é necessário analisar sua construção histórica, além disso, entender que tudo foi organizado de acordo com a formação sócio-histórica do Brasil e do desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Qual a importância da discussão sobre a base feminina no Serviço Social? Qual o papel desempenhado pela Igreja na gênese da Profissão? Após tantos anos de formação, porque ainda existe uma lacuna tão grande entre mulheres e homens no contexto do Serviço Social?

Vamos entender: quando o Serviço Social surgiu no Brasil, ele foi uma resposta encontrada para atender as demandas da acumulação do capital, tendo em vista o aprofundamento da questão social no Brasil no contexto do advento da industrialização. Ao chegar ao Brasil, a profissão de serviço social já estava carregada do estereótipo de gênero feminino, de que é uma profissão destinada às mulheres, o que ainda é perpetuado no século XXI.

2.1 A Gênese do Serviço Social

A assistência social foi a primeira forma em que o Serviço Social chegou para a população, porém ela é somente uma dimensão da profissão muitas vezes confundida pela sociedade. Logo, é preciso separar a profissão da política pública, do que seria a assistente social e a assistência social, já que a primeira é uma profissional capacitada em atuar na questão social, e a outra é uma forma de amenizar as necessidades humanas por meio de políticas assistenciais.

Antes da criação do Serviço Social, e das assistentes sociais, em si, já existiam formas de auxílio para os trabalhadores. Entretanto, seu objetivo e finalidade eram as necessidades básicas e imediatas dos/as usuários, o que ao longo prazo não interferiria na vida dos/as trabalhadores/as.

Desde a Antiguidade existiam formas de ajuda, Martinelli (2000, p.96) traz o exemplo no Egito há 3000 anos antes de Cristo período em que existem as confrarias do deserto. Esse grupo viajava junto das caravanas para auxiliar no que precisassem no caminho, que também existiam em outros lugares como na Itália e na Índia.

Era uma ajuda momentânea, algo que estava presente para caso alguma coisa acontecesse durante o caminho. Seja no cuidado com a dor, alimentação, doenças, perdas, objetos que pudessem, naquele momento, diminuir o sofrimento das pessoas. Até mesmo existiam as visitas domiciliares antigamente, por parte dos judeus, para ver como estavam vivendo os idosos, as viúvas e crianças que tenham ficado órfãos.

De acordo com Martinelli (2000, p.97), “O posicionamento desses filósofos apontava para a necessidade de se racionalizar a prestação da assistência, eliminando-lhe o caráter de manifestação meramente eventual ou episódica”. A assistência não pode ficar presa no imediatismo, somente realizando ações para interferir em situações momentâneas e/ou passageiras na vida da usuária, pois só quando a ação intervém na raiz do problema é que ela terá repercussões mais permanentes na vida do/a trabalhador/a.

Essa forma de ação imediata é influência do modo de produção capitalista, já que para o capitalista é mais viável ações superficiais com o intuito de abrandar a desigualdade social. Entretanto, é preciso compreender que essa desigualdade não é criada pelo capitalismo, porém é utilizada para controlar a população. Logo, as demandas e a exploração sofrida pelo trabalhador são exorbitantemente aumentadas durante esse modo de produção, ou seja, o capitalismo se fortalece e desenvolve a partir da exploração dos/as trabalhadores/as.

Para entender melhor sobre a gênese do Serviço Social é preciso voltar para sua base, para o momento em que algo que era momentâneo se tornou uma necessidade em tempo integral, além de entender o nexo causal de a profissão ser tão estereotipada como algo feminino e ser subalternizada pelas outras profissões.

Desde o início da profissão, até mesmo quando era somente uma “caridade”, pode-se ver o papel da mulher como a principal força para a concessão dos benefícios. Isso se deve ao caráter benevolente e caridoso que era construído socialmente, legitimado e atribuído para a mulher, mas essa assistência era somente uma forma de controle social da população empobrecida, como veremos a seguir.

A Igreja foi a primeira instituição a tomar a assistência de forma mais abrangente, buscando não só caridade como também trazendo os elementos da justiça social e da dimensão espiritual. De acordo com Martinelli (2000, p.97) : [...] é indispensável que se revele que muitas práticas de exploração, de repressão, e de dominação política e ideológica foram realizadas sob a denominação de caridade.”

Ou seja, a autora demonstra como a assistência praticada pela Igreja católica, na forma de caridade, era uma forma de controle sobre a massa empobrecida. Era através dessa “ajuda” que era possível disseminar seus ideais no contexto da população menos abastada, ao mesmo tempo em que buscava modificar comportamentos que, para a Igreja, iam de encontro com os seus ideais.

Nesse âmbito, Federici oferece sua contribuição

Vender absolvições, indulgências e ofícios religiosos, chamar os fiéis à Igreja só para pregar a santidade do dízimo, e fazer de todos os sacramentos um mercado eram práticas comuns que iam desde o papa até o padre da aldeia, de forma que a corrupção do clero se tornou notória em todo o mundo cristão. (Federici,2017, p. 72)

Como podemos ver, a autora exemplifica o que foi trazido anteriormente por Martinelli, como a Igreja utilizava sua assistência como forma de controle e enriquecimento. Esse contexto de mercantilização da fé não foi muito bem visto por todos os grupos, pois uma grande parte da população não podia bancar essas “mercadorias”.

De acordo com Federici (2017), nesse contexto de insatisfação da população, se iniciou um movimento de doutrinas heréticas no século XI. Se iniciou nesse período um desdém com a Igreja, que no futuro abriu as portas para novos pensamentos religiosos e uma força para se revoltar contra a exploração do clero.

Esse movimento tinha como objetivo lutar contra a corrupção que existia na Igreja Católica, porém, infelizmente, seu poder era tão grande que o clero começou a utilizar o nome heresia de forma pejorativa. Ou seja, todos aqueles que iam de encontro com os objetivos da Igreja ou até mesmo não seguiam o que era posto pela mesma, eram chamados de hereges.

Martinelli (2000, p.98) “O tráfico mercantil penetrava tão fundo na estrutura da Igreja que a venda de indulgências e do perdão tornara-se um fato natural no século XVI”, ou seja, durante todo esse período a Igreja continuava vendendo a fé como se fosse uma posse deles.

Por conta dessas ações da Igreja Católica, Martim Lutero decidiu publicar suas 95 contestações contra essa mercantilização das indulgências e do perdão, ele foi chamado pelo Papa Leão X como herege por ir de encontro com o desejo da Igreja Católica. Contudo, como seu discurso sobre a supremacia da fé e da caridade,

como da religiosidade interna, ele foi capaz de atrair uma grande massa da população para o Protestantismo.

Em sintonia com as demandas do modo de produção capitalista em expansão no mundo, quando ocorreu a Reforma Luterana, e todas as mudanças que vieram da separação entre o catolicismo e o protestantismo, a prática da assistência foi perdendo sua base religiosa e se vinculando a uma base laica. Alguns países, como a Alemanha e os EUA, adotaram tal mudança por terem sido influenciados pelo protestantismo.

Não se pode negar o poder da Igreja, ou da religião em si, na esfera da sociedade, como podemos ver ela é capaz de moldar os comportamentos e vontades dos indivíduos. O que era algo importante para a Igreja Católica, por isso sua vinculação com a burguesia, ambas tinham objetivos parecidos.

No contexto do capitalismo, eles precisavam manter os trabalhadores vivos para venderem sua força de trabalho, mas não confiantes o suficiente para se rebelar contra o sistema vigente. A Igreja teve um grande papel nessa questão, o que possibilitou a impregnação do capitalismo nos países.

Martinelli (2000, p.99), aborda como São Vicente de Paulo tentou, no século XVII, e teve êxito em retomar a assistência sob a base cristã na França, porém ele não podia imaginar que pouco tempo depois ocorreria a Revolução Francesa. Com uma consequência bem significativa, a assistência novamente mudou sua base, ou seja, agora ela seria um direito do cidadão e dever de todos/as prestá-la.

Porém essa incerteza de quem deveria ser responsável pela assistência aos/às pobres foi funcional para a burguesia, já que as atividades se tornaram escassas e os trabalhadores mais submissos à classe dominante. Contudo, ainda na França na primeira metade do século XIX, os/as trabalhadores/as demonstraram à burguesia que eles/as não eram submissos/as a ela e que não estavam satisfeitos com seu lugar na sociedade.

Por conta disso, foi necessária uma aliança entre a Igreja e a burguesia (que controla o Estado), para a continuidade de tal controle e submissão da classe trabalhadora por meio da assistência. Por isso dessa união surgiu a Sociedade de Organização da Caridade, ela deveria exercer o desejo da burguesia de hegemonizar a classe. Isso se deve à sociedade estar mudando após a Primeira Guerra Mundial e os trabalhadores estarem se organizando por seus direitos, então essa foi uma forma de controle social utilizada pela burguesia.

[...] com a introdução da assistência pública que o Estado começou a reivindicar a “propriedade” da mão de obra, ao mesmo tempo que instituiu uma “divisão do trabalho” capitalista dentro da própria classe dominante. Essa divisão permitia que os empregadores renunciassem a qualquer responsabilidade na reprodução dos trabalhadores, com a segurança de que o Estado interviria, seja por meio de recompensas, seja por meio de punições, para encarar as inevitáveis crises. (Federici, 2017, p.164)

Silvia Federici (2017) busca demonstrar como a assistência foi uma forma de “abandono” dos patrões sobre suas responsabilidades, já que o Estado iria intervir para que o trabalhador pudesse continuar trabalhando. Caso, o proletário não conseguisse se reerguer era punido por não estar contribuindo com a sociedade.

Contudo, mesmo que essa sociedade tenha sido instituída como forma de reprodução e ampliação do capital, ela ainda pode fazer muito bem a população pauperizada. A assistência como um todo vive em uma dualidade contraditória, por ela auxiliar nos objetivos da classe dominante quanto dá um benefício para o trabalhador. Além disso, de acordo com Martinelli (2000, p.102), foi a porta de entrada para pessoas como Octavia Hill, uma das pioneiras na educação familiar e social, que foi imprescindível para o desenvolvimento de ações para os/as familiares dos/as operários/as.

A centralização na família também era uma temática defendida pela burguesia, entretanto para a elite o motivo era diferente. Já que as demandas advindas dos trabalhadores eram conectadas, de acordo com a burguesia, aos seus “problemas de caráter” o que reproduzia a culpabilização e tentava doutrinar a classe proletária.

A Sociedade de Organização da Caridade, entretanto, continuava tendo seus objetivos vinculados aos interesses da classe dominante, por isso muitas atividades com caráter assistencial e “caridoso” eram deturpadas para atender as necessidades da elite burguesa. Como por exemplo, a visita domiciliar que, enquanto tinha um objetivo de conhecer as condições de vida dos trabalhadores e como poderia afetar a sua saúde, ao mesmo tempo também iria socializar o modo de pensar capitalista naturalizando sua situação precária.

Um instrumento que deveria ser utilizado pelos agentes como uma forma de entender a realidade do trabalhador e buscar formas de melhorar sua situação de

vida, por seu caráter coercitivo e de controle, acabou se tornando uma forma de inspecionar a vida do operário e o culpabilizar sobre sua situação.

Na Sociedade de Organização da Caridade havia muitas manifestações contra o uso do inquérito domiciliar em fins repressivos e coercitivos. Octavia Hill, em Londres, e Josephine Shaw Lowell, em Nova Iorque, defenderam em diferentes ocasiões a sua utilização, tanto para regularizar a concessão de auxílios quanto para promover a reintegração social do indivíduo, conforme proposta de Nightingale. (Martinelli, 2000, p.105)

As mulheres que compuseram essa instituição também eram contra a forma inquisitória de vistoria, sendo algumas delas pioneiras na questão de como deveriam ser realizadas as visitas domiciliares, e isso ocasionou no questionamento sobre os próprios visitantes voluntários e se eles eram realmente capacitados para a vistoria nos domicílios.

Por isso, no final do século XIX, era pensado em como eles poderiam qualificar os profissionais da Sociedade de Organização da Caridade, quando a instituição se iniciou seu número e alcance não se fez preciso a problematização de como essas pessoas iriam atuar frente a questão social. (Martinelli, 2000, p.107)

Contudo, a partir das transformações da sociedade e da expansão do alcance dessa assistência, era imprescindível buscar formas de capacitá-los para atender as demandas advindas da questão social.

Mary Richmond, uma membra da instituição e principal influência para as escolas de Serviço Social, foi aquela que durante a realização da Conferência Nacional de Caridade e Correção de 1897 sugeriu a criação de uma escola para a profissionalização desses agentes profissionais. Portanto, o que ela queria era um lugar em que eles pudessem se aprimorar e aprofundar na Filantropia Aplicada, sendo esse o primeiro passo para o que no futuro se tornaria a profissão de assistente social.

Acolhendo a concepção dominante na sociedade burguesa de que aos problemas sociais estavam associados problemas de caráter, *Richmond concebia a tarefa assistencial como eminentemente reintegradora e reformadora do caráter*. Atribuía grande importância ao diagnóstico social como estratégia para promover tal reforma e para reintegrar o indivíduo na sociedade. (Martinelli, 2000, p.106, grifo da autora)

Ou seja, mesmo que Richmond não fizesse parte da classe burguesa, seguia a mesma linha de pensamento o que facilitava de suas opiniões serem aceitas pela elite. Nem todos pensavam da mesma forma e outras mulheres, como Mary Follet e Jane Adams, discordavam da forma de Richmond de individualizar as ações. Para essas estudiosas a ação social deveria ter como objetivo principal a harmonização das relações industriais e controle dos conflitos sociais de forma generalizada.

No final do século XIX, mais especificamente em 1899, a primeira escola focada na profissionalização dos/as agentes sociais foi formada na Inglaterra, após essa não demorou muito para outras aparecerem de forma global. Porém, o próximo século não foi um momento histórico fácil para a questão social, já que ocorreram guerras e revoluções que estremeceram as bases da sociedade.

Então é possível visualizar que os países começaram a abrir mais escolas de agentes sociais, e em 1908 fundou - se na Inglaterra a primeira escola ligada a uma Universidade. Ou seja, mesmo que ainda não fosse o Serviço Social, foi um passo para a profissionalização oficial desses trabalhadores.

É necessário deixar claro que essa mudança foi somente uma forma da classe dominante controlar a sociedade, nesse sentido, os países que começaram a criar escolas eram os mesmos imperialistas que estavam buscando se fortalecer e aumentar seus territórios. O século XX, foi o momento de grande avanço tecnológico e de produção que agravou a questão social, por isso esses profissionais precisam ser capacitados/as para lidar com a situação e melhorar a relação entre as classes sociais.

Os/as trabalhadores/as também estavam aprendendo e se adaptando a essa nova realidade, e obviamente estavam insatisfeitos, aquele conceito de caridade e filantropia não era tão chamativa quanto no início. Por isso, Richmond pensou em como esses/as “novos” profissionais poderiam ser denominados, sendo eles os trabalhadores sociais.

O que também auxiliava a burguesia, por demonstrar que esses/as agentes eram trabalhadores e queriam os mesmos direitos que todos/as os/as outros/as, contudo essa foi uma forma de mascarar o controle e moralização da classe operária.

A demanda que chegavam a essas trabalhadoras sociais era demasiada e impossibilita um trabalho de qualidade, por isso foi iniciada uma mobilização para mais pessoas se profissionalizarem nessa área. Agora, quem seriam aqueles que

poderiam demonstrar como os operários deveriam se comportar, quem iria ser o suficientemente inofensivo para não trazer a ira deles, quem seria boa e caridosa o suficiente para realizar ações sociais?

Essa função foi desempenhada pelas mulheres, principalmente aquelas ligadas à Igreja. Vê-se, entretanto, desde sua gênese de base confessional até os dias atuais com as mudanças no projeto ético-político filiado ao pensamento crítico, o Serviço Social permanece majoritariamente constituído de mulheres.

A aproximação dos assistentes sociais com a Igreja Católica fortificou a crença de que eles deveriam se portar como submissos aos interesses alheios e se sacrificar pela sua profissão, como boa parte eram mulheres é possível ver como isso não era um problema para a burguesia, isso só reforça o Serviço Social como uma doutrina social da Igreja. As escolas se parametrizam nas doutrinas da igreja e, posteriormente, no funcionalismo positivista, não dando suporte para uma crítica. Ou seja, elas tinham como base ideologias que impossibilitaram um posicionamento crítico em relação à sociedade e sua própria função social.

Em 1917, Mary Richmond publicou o livro “Diagnóstico Social” em que ela aborda sobre a importância do trabalho social de forma individualizada, pois, para a autora, as necessidades individuais são o que formam a questão social como um todo. Como já foi demonstrado, ela foi imprescindível para a profissionalização do Serviço Social e suas obras são uma base importante para a profissão, além de trazer o reconhecimento e legitimação no nível acadêmico.

Com esse breve resgate histórico aproxima-se a compreensão das bases históricas do Serviço Social no mundo, além de desvelar a funcionalidade do papel das mulheres nessa construção e profissionalização do curso. Após essa análise sobre as primeiras formas de assistência e como se desenvolveram nos EUA e na Europa, que foram o marco inicial da profissão, é necessário entender como ocorreu no Brasil levando em consideração sua formação sócio-histórica.

O capitalismo pode ser resumido a uma frase que foi popularizada por Hobbes (1651) “O homem é o lobo do homem”, o ser humano é o maior perigo que existe no mundo. Essa frase pode facilmente remeter à exploração do ser humano por outro da mesma espécie que acontece no contexto do modo de produção capitalista, onde o dominante está a todo tempo extraindo por todos os meios necessários à mais-valia do dominado.

Até mesmo grupos que sofrem com a desigualdade podem acabar reproduzindo o mesmo com outros, essa é uma característica fomentada pelo capitalismo. Todos em guerra, concorrendo e lutando um/a contra o/a outro/a. Como por exemplo, no âmbito do próprio feminismo, as pesquisadoras eurocêntricas não abordaram sobre as dificuldades das mulheres negras, já que para elas era algo secundário na sua luta. Carneiro explica esse “conflito” que ocorre no feminismo:

Essa temática da mulher negra invariavelmente era tratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática de gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. (Carneiro, 2011, p.112)

De início é necessário entender que o modo de produção capitalista não é igual em todos os países, mesmo que o objetivo do lucro seja o mesmo, então é preciso antes entender um pouco sobre a construção da sociedade. No caso do Brasil, e na América Latina como um todo, quando houve as invasões por parte dos países da Europa muitas das riquezas foram levadas para o exterior.

Por toda a história do país, é possível ver que sempre tudo o que era produzido era exportado e depois o país comprava mais caro, por não ter a tecnologia para transformar a matéria prima em produto.

Entretanto, a verdade é que isso acontece por conta do tipo de capitalismo que instaurado nesta parte do mundo, o denominado capitalismo dependente. De forma resumida, essa forma específica do modo de produção vigente cria uma mentalidade que o Brasil não tem a tecnologia/instrumentos como os outros países imperialistas, e sua única forma de se desenvolver são através da venda da matéria prima natural do país e comprar o produto já pronto.

Esse tipo de pensamento só reforça a dependência em relação aos outros países, tanto que cria um pensamento de massa de que só o que vem de fora é bom. Sendo que, isso só é mais uma forma do capitalismo de manter os países subdesenvolvidos sob o seu controle. Retomando para o ponto principal, essa forma de capitalismo se fortalece mais quando o país está passando por uma crise, que é o que ocorre nos pós Primeira Guerra Mundial.

Foi durante esse período, em que o Brasil estava passando por dificuldades, que se fizeram necessário um profissional especializado para o controle da

população, além disso, que apaziguasse a relação entre o proletariado e a burguesia para que não houvesse a mobilização da classe trabalhadora.

Como foi citado anteriormente, o Serviço Social se faz mais necessário quando a questão social está “fora de controle”, então para remediar a situação um profissional que lide com as demandas dos trabalhadores é requisitado. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2006), o aparecimento da questão social está diretamente relacionado à generalização do trabalho livre, no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1930, durante a primeira República, quando ocorreu a “perda” dos meios de produção por parte da classe trabalhadora.

Ou seja, foram extraídos os meios de produção da população proletária e foi preciso que começassem a vender sua força de trabalho. Contudo, o capitalismo extrai o seu lucro da diferença entre o que é produzido e o que é pago para o trabalhador, de forma resumida, então quanto mais é extraído maior será o lucro do capitalista.

Conforme Iamamoto e Carvalho (2006 p.126), “A exploração abusiva que é submetido — afetando sua capacidade vital —, e a luta defensiva que o proletariado desenvolve aparecerão [...], como uma ameaça aos seus mais sagrados valores”. Logo, a relação trabalhista no contexto do capitalismo normatiza a exploração e o “esgotamento” da população, entretanto, ao chegar ao extremo de uma revolta da classe trabalhadora é que eles tomam ações para “amenizar” os conflitos.

Por conta dessas situações, foram criadas as Leis Sociais, ao colocar a questão social no centro do conflito existente na sociedade, além disso coloca as classes antagônicas burguesia e proletariado como os elementos que constituem a questão social.

Como já mencionado, durante esse processo é que “nasce” o Serviço Social no Brasil, porém não foi uma iniciativa do Estado para “melhorar” a vida do trabalhador. Mas sim de uma demanda advinda de partes da classe dominante (a burguesia) junto da Igreja Católica, então seu surgimento, como em outros países, era para controle da população e a naturalização da exploração.

Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. (Iamamoto e Carvalho, 2006, p.127)

Seguindo a história do Serviço Social no Brasil, de acordo com Lisboa (2010, p.70), em 1932, foi criado o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) como a primeira tentativa de criar as “trabalhadoras sociais” em que as mulheres atuavam junto às operárias em atividades conectadas aos interesses da Igreja de habilidades “femininas”. Em 1936, é fundada a primeira escola de Serviço Social em São Paulo. Contudo, todo esse processo é comandado pela Igreja Católica, e para essa instituição a função da mulher, seguindo modelo ideal de mulher instituído pela igreja católica em prol das demandas do capital deveria ser de submissão e “caridade”.

Por conta disso, o Serviço Social, inicialmente, não se aproximou do feminismo, mesmo formado quase completamente por mulheres e ter como maior parte da população usuária também do sexo feminino. Após a ditadura militar de 1964, a profissão passou por um momento de reconceituação do Serviço Social, onde ocorreu uma aproximação com a perspectiva marxista e foco na classe trabalhadora.

Porém, ao incorporar a teoria marxiana, a profissão sofreu a imposição de uma tendência homogeneizadora de construção do pensamento social, de uma teoria que se pretende universal e prioriza o enfoque de classe, desconsiderando a heterogeneidade do pensamento a partir das dimensões sócio-históricas e culturais que emergem no cotidiano das práticas, entre elas as diferenças sexuais, de identidade, de raça/etnia e de gênero. (Lisboa, 2010, p.67)

Contudo, quando finalmente a profissão se “libertou” das amarras do conservadorismo na formação profissional, ainda foi difícil adentrar a questão de gênero, pois Marx não deteve a opressão das mulheres. E quando finalmente é abordado é sob uma visão de classe, sendo que as questões de gênero e raça são fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo.

De acordo com Dias e Zuco (2015, p.92), “No Brasil, a difusão das discussões de gênero ocorreu nos anos de 1990, a partir da tradução do texto de Joan Scott: Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, essa autora citada por elas trouxe o gênero como uma categoria que tem que ser analisada, já que por muito tempo sempre foi colocado como sinônimo do sexo biológico.

Como só no final do século XX ocorreu o aprofundamento da questão de gênero, foi possível adentrar em outras áreas como no Serviço Social, por ser

reconhecida como uma categoria importante para a análise da totalidade social e das demandas dos usuários.

Para Scott (1995, p.93), gênero é o campo que se desenvolve as relações de poder, ou seja, seu sexo biológico determina quem é superior e inferior na sociedade. E isso influencia a vida da população assistida pelas assistentes sociais, por elas estarem sujeitas a novas formas de exploração por serem “do lado fraco” do poder.

Nós só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas. (idem)

Em 1986, é aprovado o Código de Ética Profissional que “quebrou barreiras” em relação ao conservadorismo e a atuação do assistente social, além disso o compromisso com a classe trabalhadora que se tornou o foco. Com esse código foi iniciado uma aproximação com o marxismo, outro detalhe importante é que durante esse período, e com a temática do feminismo.

Durante a década de 80, muitos movimentos feministas foram fundamentais na luta para conseguir seus direitos reconhecidos na Constituição Brasileira de 1988. Como por exemplo, o Art. 5 “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”

Em 1990, a categoria de gênero entra nos cursos de Serviço Social, substituindo os estudos feministas ou da condição feminina, sendo um marco importante para o Serviço Social no aprofundamento da sua relação com a questão de gênero.

Aproximando-se dos movimentos feministas, a partir de 1990, o Serviço Social passa a aderir às lutas das chamadas minorias, inserindo-se nas questões relacionadas à violência contra mulheres, discriminação étnica, racial e cultural, homofobia e outras. (Lisboa, 2010, p. 71)

Nesse mesmo período outros pontos são imprescindíveis, como a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o novo Código de

Ética do Assistente Social em 1993. Esse último, sendo uma aproximação e aprofundamento maior em relação ao marxismo, trazendo a defesa da equidade, da justiça social e dos direitos humanos.

Por conta de sua gênese estar ligada à Igreja Católica e aos interesses da burguesia, o Serviço Social nunca pode se aproximar de outras ideologias ou movimentos que fossem de encontro com os interesses deles. Por isso, não existe muito aprofundamento da questão de gênero na profissão antes da década de 1980, já que só com a ruptura com o conservadorismo foi possível ter essa aproximação.

Corroborando com o dito anteriormente, Lisboa (2010, p.67) traz uma crítica ao Serviço Social por conta da sua ligação à Igreja, que além de todas as mazelas, ainda determinou que essa seria uma profissão feminina por atribuir às ações de cuidado, zelo, ajuda, entre outros como função a mulher. Esse (pré) conceito de como um/a assistente social deve ser até os dias de hoje é propagado pela sociedade, e é um dos motivos que muitos profissionais o rebaixam a subalternos dos outros ou atribuem atividades que não tem nada a ver com suas atribuições.

O trabalho do/a assistente social é comum encontrar demandas conectadas à violência, desigualdade social, opressão, entre outros, que perpassam não só a questão de gênero como também o racismo. Então, é preciso que o/a profissional seja capacitado/a para lidar com essas demandas, para isso ele/a tem que estudar e se aprofundar nas diversas temáticas que tange a totalidade social.

Como visto, o Serviço Social emergiu como uma forma de controle da população, através de pequenos atos de assistência, que estava passando por grandes mudanças. Então questões como gênero, raça, eram dadas como reflexos da desigualdade de classe como se esses grupos não fizessem parte daqueles que são relevantes a manutenção do capitalismo na vida social.

Durante a história da humanidade a importância das mulheres (brancas e negras) em âmbito público e privado foi escondida por aqueles no poder, já que para a sociedade elas não deveriam expor suas opiniões ou agir fora dos “costumes”. Contudo, isso não as impediu e podemos ver suas contribuições e o quanto elas lutaram para ter seus direitos reconhecidos.

É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. A luta contra o poder feudal

produziu também as primeiras tentativas organizadas de desafiar as normas sexuais dominantes e de estabelecer relações mais igualitárias entre mulheres e homens. (Federici, 2017, p.45)

O Livro “Calibã e a Bruxa” de Silvia Federici vem trazendo a função da mulher durante toda essa construção histórica, então é mostrado que desde o feudalismo as mulheres estão lutando por uma sociedade mais igualitária. Contudo, a história ignora essa luta da mesma forma que faz com os negros, já que eles não fazem parte do grupo dominante.

Como foi mostrado durante esse resgate histórico, mesmo sendo uma profissão que lida com o ser social e todas as suas particularidades, durante muito tempo foi negado a existência ou até mesmo a implicação da exploração nesses grupos. Já que eles eram colocados como não pertencentes daquela história, como se estivessem somente para fazer o trabalho que ninguém quer.

É só comparar as profissões ditas como masculinas, por exemplo, matemática, engenharia, ou só de pessoas brancas como medicina e direito. Cursos, profissões, em que tem prestígio, bons salários, são pessoas inteligentes, fortes e com um futuro promissor. Esse é o pensamento perpetuado pela elite, quando na realidade é por que os homens brancos de classe média/alta têm mais oportunidades e tempo para adentrar nesses cursos ditos “superiores”.

E onde as mulheres ficam nessa história, ou como as mulheres negras ficam? Elas acabam adentrando nos cursos de Serviço Social, Pedagogia, Enfermagem, eles não são inferiores aos outros cursos mencionados. Porém, no contexto do capitalismo patriarcal e racista, eles são considerados de menos prestígio ou abaixo da pirâmide social.

Essas profissões são de cuidado, paciência, empatia, características essas que para o sistema patriarcal as mulheres deveriam ser. Trabalhos que são pouco remunerados, são rebaixados na hierarquia do trabalho, são mais “fáceis” aos olhos deles. Essa divisão é o que torna as profissões como femininas, e se a pessoa não se adequa ao que elas acham que é o certo.

Então, a pessoa está errada e precisa mudar, mas essas profissões são tão necessárias quanto quaisquer outras. Contudo, esse pensamento de que só por ter mais mulheres não significa que deveria ser menos importante.

[...] a discriminação sofrida pelas mulheres como mão de obra remunerada esteve diretamente relacionada à sua função como trabalhadoras não assalariadas no lar. Dessa forma, podemos relacionar a proibição da prostituição e a expulsão das mulheres do espaço de trabalho organizado com a aparição da figura da dona de casa e da redefinição da família como lugar para a produção da força de trabalho. (Federici,2017, p. 188)

Como já foi discutido anteriormente, o Serviço Social deveria desde sua gênese ter se aproximado do movimento feminista, já que ele é constituído majoritariamente por mulheres e a população usuária também é composta na maior parte pelo sexo feminino. Não é possível para elas trabalharem e deixarem os filhos sozinhos em casa, pois elas não têm dinheiro o suficiente para pagar alguém ou deixar em uma creche. As mulheres sofrem também em sociedade, se elas não tiverem dinheiro suficiente e, deixarem os filhos para poder trabalhar são chamadas de “péssimas mães”. Essa é uma forma de culpabilização utilizada pelo sistema capitalista, para forçar as mulheres a dependerem dos homens.

A sociedade patriarcal se volta contra o público feminino, e a questão social não é o suficiente para explicar sobre isso. Já que mesmo dissolvendo as desigualdades econômicas, “acabando” com o Estado, nada disso irá interferir em algo que está instalado na população.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. (Carneiro,2003, p.49)

Sueli Carneiro é uma feminista que sempre em seus textos traz a necessidade de se focar no feminismo negro, ou enegrecer o feminismo. Isso se deve à falta de interseccionalidade existente em muitos movimentos, incluindo os feministas, que não entendem a importância de adicionar outras demandas para atender todo o seu grupo.

Quando eles generalizam as lutas muitas vezes significa que a parcela que tiver maior poder dentro do grupo irá ditar a situação, e isso irá de encontro com o que os movimentos lutam. Vai de encontro a igualdade, a equidade, a justiça, já que fazem entre eles o que sofrem da classe dominante.

Com base no Projeto Ético-Político do Serviço Social, na ação profissional, como assistente social precisa assumir a perspectiva de totalidade e considerar a transversalidade de classe, gênero, raça e sexualidade.

2.2 Projeto Ético-Político: Colaborações para o Debate de Gênero e Raça

Durante muito tempo o Serviço Social era direcionado, ética e moralmente, pela Igreja católica, então ele não tinha um posicionamento próprio sobre como deveria se portar frente aos seus usuários. O conservadorismo que foi colocado desde a gênese da profissão se perpetuou até 1980, momento em que ocorre o processo de ruptura com o conservadorismo.

Contudo, mesmo sendo criado um Projeto Ético-Político que vai de encontro com esses pensamentos religiosos e conservadores, ainda é possível encontrar profissionais que aderem a essas ideologias. Isso se deve pela sociedade e o Serviço Social ainda estar fundamentalmente baseado nesses ideais, esse é um processo longo que ainda não foi concluído.

Behring (2013, Bonetti et alii, 2012) retrata o redirecionamento do Código de Ética, já que seus antecessores, o de 1946, 1965 e 1975, eram baseados no conservadorismo, no autoritarismo e no psicologismo. Então esse processo de ruptura que ocorreu durante a década de 1980 foi imprescindível para a consolidação do Serviço Social atual, além de demonstrar o compromisso com a emancipação humana e não somente realizar os objetivos da elite.

O principal objetivo desse projeto é delinear a imagem da profissão para uma ação profissional norteada pela dimensão ético-política, teórico metodológica e técnico-instrumental. Entretanto, há profissionais que não seguem essas determinações e para isso eles podem (devem) passar pela análise do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, para que o órgão possa analisar as denúncias e ver se são cabíveis de punição.

Isso é importante para apreender que o Projeto Ético-Político tem um papel ativo na sociedade, e que todos que encontrarem discrepâncias entre ele e a

atuação do profissional podem denunciar. É importante que o/a profissional adquira um agir ético e moral para que não acabe piorando ainda mais o estado físico e mental do usuário, pois o mesmo já pode estar em uma situação bem delicada.

A partir de 1980, e levando todas as mudanças que ocorreram no centro da profissão, é visto que o Serviço Social estava em busca de um novo parâmetro ético que se alinhasse mais com sua atual base teórica, o marxismo. Essa mudança leva um certo tempo, já que precisa ser aceita por vários setores da profissão, pelo mesmo afetar o agir de todos os profissionais frente às suas demandas.

Essa perspectiva aponta na direção da defesa intransigente dos direitos, das políticas sociais e de uma vida ontologicamente digna. Essa direção ético-política, ao longo das últimas décadas vem materializando-se em alguns instrumentos, tais como as diretrizes curriculares, o Código de Ética e a lei que regulamenta o exercício profissional. (Silva, 2004, p. 198)

A aproximação do Serviço Social com o marxismo influenciou o perfil do profissional, isso após 1990, onde a ética é utilizada como um instrumento crítico para agir nas mediações que reproduzem a desigualdade e impedem a emancipação humana. Outro elemento importante que foi anexado durante esse período foi a questão de gênero², já que a crítica de Marx e o debate sobre a ética abre os olhos dos profissionais para outras categorias constituintes do ser social. De acordo com Silva (2004, p. 199), após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (1979) é aprofundada a discussão sobre a ética, principalmente a questão da ética profissional, “busca romper com a ética da neutralidade e com o tradicionalismo filosófico ganha a denominação de projeto ético-político.” (idem).

O projeto ético-político aborda sobre os deveres dos profissionais frente aos seus usuários, colegas e a instituição que o mesmo atua, condutas que podem ser tomadas durante sua atuação profissional. Entretanto, é necessário afirmar que isso seria perfeito no mundo ideal, então as demandas sempre trazem diversificados elementos que requerem uma atenção e análise separada do que a que se encontra no projeto ético - político. (idem)

² Scott (1995, p.72) debate sobre a conceituação de gênero, já que no dicionário é colocado para a diferença sexual de feminino e masculino. Contudo, esse termo agrega muitos outros elementos, fora a parte biológica, como a cultura, o trabalho, a saúde, entre outros. Essas características também são influenciadas pela categoria gênero, e fazem parte da desigualdade de poder entre a população.

Por conta disso, o assistente social deve refletir sobre a demanda e, levando em consideração seu código de ética e os instrumentos disponíveis, traçar um coerente plano de ação. Então o próprio profissional tem sua “liberdade” para tomar as decisões e se responsabilizar por seus atos, contudo deve ser sempre orientado pelo seu compromisso com as demandas da classe trabalhadora.

De acordo com Silva (2004), a única forma de conquistar uma ética emancipatória é através da efetiva garantia à riqueza material e espiritual. Já que só sem a desigualdade um indivíduo pode tomar uma decisão completamente sua, sem ser influenciado pelos outros aspectos de sua vida que possam mascarar sua escolha.

[...] quando a conjuntura obstaculiza a possibilidade de realização dos componentes da essência humana – o trabalho, a socialidade, a universalidade, a liberdade e a consciência –, a possibilidade de desenvolvimento de consciência/comportamento ético é maior, posto que o inimigo a quem se contrapor é facilmente identificado: o neoliberalismo, o racismo, a xenofobia, o sexismo, a homofobia, e qualquer forma de violação aos direitos humanos. (Silva, 2004, p. 200)

Com a aprovação do Código de Ética em 1993 é possível a afirmação da ruptura da profissão com o conservadorismo, prevalecendo uma ideologia coletiva entre os profissionais, criando assim o seu Projeto Ético Político. Como é explicado pela autora Miriam de Oliveira Inácio, “inaugura uma análise sobre os indivíduos sociais para além do pertencimento de classe social e inclui as contradições de “gênero” como expressões de relações sociais de dominação-exploração, em articulação com as questões de classe social.” O mesmo é norteado por onze princípios fundamentais, eles são como a base fundamental para a criação do documento.

O primeiro princípio fundamental, ele é a base que constitui todos os outros, que é o da liberdade. Netto (2013, p. 27) interpreta o sentido que seria mais adequado para o código de ética em questão, “liberdade é a possibilidade de escolher entre alternativas concretas; se assim for, o Código põe a liberdade sem o constrangimento de limites previamente formulados: põe-na exatamente como um horizonte de possibilidades.

O segundo princípio é o dos direitos humanos, além da recusa do arbítrio e autoritarismo. Na primeira parte, o autor Ruiz (2013, p.33), aborda os direitos humanos como “Expressam necessidades humanas, criadas e geradas a partir do

que Marx denomina trabalho, do pleno desenvolvimento das potencialidades dos seres sociais...”. Na segunda parte do princípio, temos a recusa do arbítrio e o autoritarismo, esses dois elementos estão muito presentes no conservadorismo e no contexto do capitalismo.

O terceiro princípio é sobre a ampliação e consolidação da cidadania, de acordo com Silene Freire (2013, p.42-43), a importância desse princípio é determinado pelo papel da cidadania na obtenção dos direitos civis, sociais e políticos. Além disso, uma sociedade não deveria ter desigualdades, já que em tese todos deveriam ser iguais para poderem formar uma comunidade e serem leais uns aos outros, o que não ocorre no contexto do capitalismo.

O quarto princípio fundamental é o do aprofundamento da democracia, a conceituação desse termo para o código de ética e o projeto ético-político é mais amplo do que a democracia vista nos governos. A democracia representada no código não deveria ser limitada por voto e todos deveriam ter o direito de decidir sobre as decisões que impactam sua vida. Ou seja, ele aborda sobre a socialização do poder, ou seja, a não concentração do poder em um só local.

O quinto princípio do código de ética é a equidade e a justiça social, que posiciona o assistente social como um profissional que luta pela universalização e acesso aos direitos. Contudo, de acordo com Boschettii (2013, p.69) “A igualdade social não se realiza nos marcos do capitalismo, [...], mas a luta pela universalização dos direitos integra uma estratégia de transição necessária, ainda que insuficiente

O sexto princípio é a eliminação de todas as formas de preconceito, ou seja o racismo, machismo, transfobia, LGBTfobia entre outras. Um profissional que atua diretamente com a vulnerabilidade do usuário não pode embutir sua atuação com tais preconceitos.

O sétimo princípio é garantir a pluralidade, de acordo com Valeria Forti (2013, p.95), “o reconhecimento e a convivência de diferenças teórico-filosóficas e/ou ideopolíticas e alternativas operacionais que precisam ser respeitadas, [...], a honestidade teórica e o debate são ingredientes indispensáveis para o convívio profissional e o aprimoramento intelectual.”

O oitavo princípio é o da construção de uma nova ordem societária, uma tarefa bastante complexa de acordo com Almeida (2013, p.105), “pois não pode prescindir da crítica à sociabilidade burguesa, produtora em larga escala de um

modo de vida vazio de significação política, pois se encontra repleto de processos fetichizados”.

O nono princípio é o da articulação com outras categorias profissionais que têm objetivos em comum, como foi visto essa é uma luta árdua e cheia de empecilhos. “Nesse contexto de luta, polarizado entre o capital e o trabalho, faz-se importante a junção de forças daqueles que ousam afirmar que a exploração, a desigualdade social, a alienação, dentre outros, não são fenômenos naturais.” (CFESS, 2013, p. 112)

O penúltimo princípio do código é o compromisso com a qualidade dos serviços oferecidos para a população, além do aprimoramento intelectual do profissional. Ou seja, “qualquer profissão somente é reconhecida na medida em que se sintoniza com as requisições da dinâmica societária, caso contrário, corre o risco de ver seu exercício profissional esgotar suas possibilidades, perder seu significado sócio-profissional.” (Guerra, 2013, p.128)

E finalmente o último princípio fundamental do Código de Ética de 1993, o exercício do Serviço Social sem discriminar e sem ser discriminado/a,

Neste sentido, o princípio da “não discriminação” expressa o dever e o direito de exercer a profissão, segundo no Código de Ética do Assistente Social, mediante o qual o profissional é identificado com valores históricos em defesa da igualdade de gênero, raça/etnia, geração, diversidade sexual, dentre outros, com vistas à construção de uma sociedade democrática, livre de preconceitos de qualquer natureza, uma sociedade emancipada: uma sociedade anticapitalista. (Almeida, 2013, p.147)

Foi um longo e exaustivo processo para a construção do Projeto Ético Político, junto com o Código de Ética de 1993, já que foram várias lutas e resistências para o Serviço Social conseguir diminuir a influência do conservadorismo e da Igreja na profissão. Contudo, como o sétimo princípio, existe a pluralidade que está presente tanto na sociedade quanto na profissão.

Ou seja, ainda existem pessoas que seguem a ideologia conservadora e deixam esse pensamento influenciar na sua atuação como profissional, por isso existe o CRESS e o Código de Ética para que possam ser denunciadas e as sanções sejam postas em ação

2.3 A Luta contra a Opressão no Contexto do Serviço Social

Nesta subseção será discutido como a opressão se desenvolve no contexto do modo de produção capitalista, e como ela se torna parte da estrutura e manutenção do capital. Para a conceituação do que seria a opressão, de acordo com Eurico (2018, 520), a opressão está estruturada com uma relação de poder. Logo, um grupo, minoritário, detém quase todo o poder e controle da sociedade, enquanto uma parte majoritária da população não detém qualquer poder para tomar decisões sobre sua própria vida.

Primeiro, é imprescindível retomar que o modo de produção capitalista organiza e estrutura a sociedade moderna, ou seja, não é possível analisá-los fora de sua totalidade. Há que reconhecer que o capitalismo é o sistema de produção com mais capacidade de manter no controle da sociedade, tal como afirma o autor

Entretanto, quando se torna hegemônica, o conservadorismo é desenvolvido no seu seio, evidenciando, dessa forma, um caráter contra revolucionário; mas, agora, transformado em afirmação da ordem burguesa, combate o movimento socialista e a classe trabalhadora que buscam superá-la. (Souza, 2020, p.376)

A forma de superação do capitalismo está atrelada ao enfrentamento das desigualdades econômicas, raciais, sexistas, e heteronormativas, portanto é de suma importância a perspectiva de totalidade considerando essas mediações que estruturam a sociedade contemporânea.

A compreensão em relação à totalidade do ser social, em adendo à influência do capitalismo na opressão, são algumas das demandas do Serviço Social. Por conta disso, a necessidade de aprofundar essa questão no meio acadêmico e profissional.

Vale reafirmar que quando se pensa sobre a totalidade social é necessário considerar aspectos que estruturam o ser social nos âmbitos de gênero, raça e classe, já que eles são a condição de manutenção e reprodução do sistema capitalista. Para além disso, entender que a questão étnico-racial não engloba somente a raça negra, os povos indígenas também sofrem com tal violência e exploração.

A expressão "étnico" da questão étnico-racial revela as atrocidades, etnocídios e desumanidades cometidas pelo modo de produção

capitalista em seu processo de expansão e consolidação, impactando povos indígenas inteiros e, portanto, originários desse território, assim como as populações africanas afetadas pela diáspora e pela escravidão colonialista. (Amaral e Bilar, 2020, p.181)

Porém, mesmo que a questão étnico-racial não possa ser completamente resolvida somente com o desaparecimento do capitalismo, isso não significa que não seja de suma importância uma política antirracista. Como foi visto anteriormente, o Projeto Ético-Político do Serviço Social é contrário a todas as formas de desigualdade, exploração e opressão, sejam elas por conta da raça, gênero e/ou condição social. Após todas as mudanças na sociedade e no contexto da profissão, finalmente os interesses dos trabalhadores e seus direitos são colocados em evidência.

Além disso, propõe a ruptura com uma atuação discriminatória que existia anteriormente, não que isso tenha sido completamente cessado. Entretanto, posteriormente a todas essas mudanças, demanda-se um amadurecimento nesse âmbito para fortalecer o pensamento crítico no projeto ético-político do serviço social.

A opressão está enraizada na estrutura da sociedade e historicamente legitimada mediante o código penal. Portanto, além de ser uma ação naturalizada, não existiam sanções para esses comportamentos opressivos.

O Código Penal de 1890 tornou-se um importante instrumento jurídico que transformou em práticas criminais as manifestações da cultura negra (a capoeira, a feitiçaria, o curandeirismo, etc.) e passou a regulamentar e qualificar como delito o ócio, mesmo aquele que resultava da recusa em contratar força de trabalho por causa de seu defeito de cor. (Gonçalves, 2018, p. 518)

Com a abolição da escravidão em 1888, a população negra foi “jogada” nas ruas sem nenhuma forma de produzir sua própria renda. De acordo com Gonçalves e outros autores, para a sociedade brasileira da época, eles não eram “qualificados o suficiente” para exercer quaisquer funções.

A população negra já estava em uma vulnerabilidade crítica, pelos anos de escravidão e a exclusão social, não poderia nem vender sua força de trabalho para conseguir o mínimo para a sua sobrevivência. Por conta dessa situação se tornaram o público alvo da “caridade” naquele período, portanto o locus de atuação da assistente social.

Gonçalves (2018) demonstra como na Constituição de 1934, antes da construção da primeira escola de Serviço Social, já estava determinado quais as funções seriam exercidas por essas/es profissionais frente à grande vulnerabilidade da população.

Como foi abordado em seções anteriores, a sociedade capitalista foi constituída com a escravização da população africana e o preconceito racial como uma de suas bases, mesmo que alguns discursos digam que isso ficou no passado. Eurico (2018, p. 516) aborda como a sociedade tenta diminuir as lutas sociais ao determiná-las como inconstitucionais, pois utilizam o Artigo 5 da Constituição vigente, que traz o princípio de que todos são iguais perante a lei. Ou seja, para eles, a luta contra a desigualdade é inconstitucional, por ir de encontro com a ideia de que todos são iguais, não existe diferença para a lei entre classe, raça ou gênero.

De acordo com Eurico (idem) “É fácil reivindicar mérito quando este é sinônimo de privilégio. Fácil levantar a bandeira do mérito quando a vida não está ameaçada de maneira diária, incessante e sem trégua por um Estado fascista, racista e homofóbico.” Quando a pessoa não é vítima da exclusão, da desigualdade é fácil dizer que vai de encontro com a constituição, quando não é parado pela polícia somente pela sua cor de pele é fácil dizer que são todos iguais perante a lei.

A meritocracia é um sonho que não pode ser realizado perante a realidade brasileira, pois o sistema capitalista impede que todos tenham o mesmo acesso para “lutarem de igual para igual”. As cotas são um exemplo de possibilitar o aumento de pessoas de outras etnias na universidade e por consequência terem um trabalho mais remunerado, contudo até isso é visto como um “privilégio” aos olhos da raça branca elitizada.

[...] das funções que exigem níveis altos de qualificação técnica e restringe seu acesso às vagas consideradas mais “simples”, por acreditarem que existe uma incompatibilidade entre ser negro e ser capaz de exercer atividades que demandam certo grau de desenvolvimento intelectual, reproduzindo a lógica da separação entre trabalho manual e intelectual. (Eurico, 2018, p. 522)

No caso do Brasil em específico, por conta de sua formação, desde sua “descoberta”, essa perspectiva dicotomizada foi direcionada à população africana e aos povos indígenas, sendo mais frequente e aprofundado sobre o primeiro grupo.

Por isso, muitas das pesquisas quando abordam sobre o racismo acabam direcionando seu estudo para a população negra.

O racismo é um fenômeno universal que, no caso do Brasil, incide majoritariamente sobre a população negra e tem como uma das formas mais eficazes de opressão a desqualificação de tudo aquilo que remete a sua herança genética, cultural, religiosa, a suas tradições e valores, quando estes colocam em jogo a supremacia branca. (Eurico, 2018, p. 520)

O racismo está tão intrínseco na sociedade que mesmo quando uma pessoa negra consegue melhorar de vida, e ascender economicamente, ela ainda será considerada como inferior, pois a sociedade funciona na base de que você faz parte de um grupo e não poderá ir para outro. Já que a hierarquização das classes naturaliza a impossibilidade de uma pessoa negra ter sucesso ou poder desempenhar um papel de mais importância na sociedade.

Esse preconceito está tão inserido na população que a própria palavra “negro” traz um sentimento negativo, como por exemplo o gato preto que traz má sorte, ou lista negra como pessoas ruins. Essa construção de falas traz um sentido pejorativo para a raça negra, além de ser algo ainda normalizado na sociedade. Isso faz com que todos/as queiram um certo distanciamento dessa palavra que, com os anos, foi carregando um forte teor de algo ruim ou errado. Como é sinalizado por Márcia Eurico:

[...] entre os brasileiros, uma falsa ideia de que preta é uma categoria pejorativa — leia-se: feia. Então, uma parcela significativa da população negra vive um doloroso dilema: valorizar a herança africana, ao mesmo tempo que anseia por determinado status social obtido pela aproximação do grupo racial branco e pela negação da sua própria negritude (Eurico, 2018, p. 526)

Como explicado anteriormente, no caso do Brasil, a discriminação de raça é, majoritariamente, predominante com os negros, ocorrendo dos povos indígenas ficaram a parte na discussão sobre essa temática. Quando se analisa os estudos sobre a questão étnico-racial é possível ver que há mais estudos sobre a discriminação com os negros do que com os povos indígenas, isso é uma problemática no meio acadêmico.

A questão indígena brasileira se apresenta e está marcada desde o início do século XVI pela relação impositiva e violenta entre o projeto colonialista europeu e os povos originários habitantes desse território,

orientados, fundamentalmente, pelos interesses mercadológicos de expansão capitalista de exploração dos recursos naturais existentes e expropriação dessas terras. (Amaral e Bilar, 2020, p.183)

Retornando sobre os indígenas, durante a expansão territorial dos europeus em novas terras eles “encontraram” a região que futuramente ficou conhecida como Brasil. Entretanto, já existiam pessoas vivendo nesse local, como também eles tinham sua própria cultura, história, organização e comunidade.

Porém, os povos que viviam no Brasil não aceitaram ser dominados e por conta disso ocorreu o genocídio dos povos indígenas, todas essas situações antecedem o capitalismo em si. Esse confronto sempre esteve presente na sociedade brasileira, já que para os europeus as outras raças eram subalternas a eles. Como uma forma de amenizar e naturalizar o que ocorreu com esse povo foi criado o que é conhecido como o índio brasileiro, uma forma estereotipada e errada de contar a história pelos olhos daqueles que “ganharam”.

Até os dias atuais esses povos vivem sofrendo, eles já perderam boa parte da sua cultura e tradições, por conta do genocídio e apagamento histórico do seu povo, e ainda não tem a demarcação da sua terra e a falta de ações por parte do Estado para impedir a opressão vinda do agronegócio.

Os povos indígenas na atualidade estão submetidos a precárias condições de vida, tendo como principal causa a não demarcação de seus territórios e a omissão do Estado brasileiro em garantir infraestrutura e políticas sociais necessárias diante da ofensiva do agronegócio. (Amaral e Bilar, 2020, p.184)

No Serviço Social também demorou para que essa questão entrasse como uma prioridade na luta pelos direitos, então só depois do processo de redemocratização do país ocorreu esse aprofundamento da pauta anti-racista na profissão. Como também se deve a entrada de mulheres negras nos cursos de Serviço Social sendo elas pioneiras nas pesquisas sobre a raça negra na formação profissional, contudo ainda são escassas e a situação piora quando se olha as pesquisas sobre a população indígena.

De acordo com Eurico (2018) Um grande passo para a luta contra o racismo foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e todas as Formas Correlatas de Intolerâncias (2001) na África do Sul. Já que abriu

as portas para o debate étnico-racial entrar na política de forma global, “forçando” os países a tomarem atitudes frente a essa problemática.

A partir de então a questão étnico-racial ganha visibilidade na cena política e passa a ser reconhecida e tratada pelo Estado brasileiro como um problema nacional, momento em que se desenvolve o Programa de Combate ao Racismo Institucional no país, com a finalidade de contribuir com o estabelecimento de políticas de desenvolvimento e redução da pobreza, bem como combater as desigualdades decorrentes da origem étnico-racial das(os) brasileiras(os). (Eurico, 2018, p. 518)

Ou seja, finalmente o Estado deixa de culpabilizar a população negra pelas suas vulnerabilidades sociais e econômicas, além disso é delegado para ele o papel de enfrentar a questão racial e estabelecer as políticas sociais públicas necessárias. Por conta do modo de produção capitalista o maior foco na opressão recai sobre a questão social, contudo não se pode esquecer que o gênero e sexualidade que além da raça, são marcadores de desigualdades.

Scott (1995) divide a questão de gênero em duas partes, a primeira sendo gênero como um elemento que constitui as relações sociais a partir da perspectiva da diferença entre sexos, e a segunda como o campo em que ocorre a relação de poder entre os sexos.

Sobre a primeira parte a autora, Scott (idem), determina quatro elementos para a constituição das relações sociais. O primeiro é o símbolo cultural, representado pela figura feminina, durante a história é possível visualizar que muitas vezes as mulheres são utilizadas como um símbolo seja de luz seja de escuridão. Como por exemplo, Maria, uma mulher que todas as outras deveriam se inspirar e seguir, e Eva que deixou seus desejos lhe corromper e levou o mundo à perdição.

O segundo elemento, são o conjunto de conceitos determinados por certos grupos para quais seriam os papéis e atividades que deveriam ser desempenhados pelas mulheres e pelos homens, além de tirar o direito de escolha, eles já determinam que existe o consenso social na existência de somente dois gêneros. O terceiro elemento é a não limitação do estudo sobre as relações sexuais no âmbito familiar.

Ou seja, todos os lugares em que existam a diferença sexual e o conflito entre eles também deveriam ser analisados e pesquisados, pois a questão de gênero não

se encontra, somente, inserida no vínculo familiar. O quarto, e último elemento da primeira parte, é a identidade subjetiva e não a genericada.

Esse último é quando há a determinação de quem somos e o que deveríamos ser baseados somente no gênero biológico, o que nega todos os outros fatores que auxiliam na construção do ser. É preciso um aprofundamento sobre a construção dessa identidade genericada, principalmente, relacionando com as instituições e organizações que a reproduzem as normas de gênero durante a história da humanidade.

As mulheres, em particular as mulheres negras, são grandes alvos da exploração do capitalismo, seja por seu sexo biológico como por sua raça. Além disso, elas são a maior base da população, como também aquelas que podem ter filhos e assim continuar com a sociedade. Antigamente, existiam culturas e comunidades que colocavam a mulher como um ser que deveria ser “protegido”, contudo elas são uma das mais atacadas na ordem do capital. Na Europa por exemplo,

[...] o Estado adotou um conjunto de medidas pró-natalistas, que, combinadas com a assistência pública, formaram o embrião de uma política reprodutiva capitalista. Aprovaram-se leis que bonificavam o casamento e penalizavam o celibato, inspiradas nas que foram adotadas no final do Império Romano com o mesmo propósito. (Federici, 2018, p.173)

Quando a classe operária começou a diminuir e a natalidade também, o Estado interviu, mas não foi para melhorar as condições de vida. O que eles acharam mais viável foi “forçar” as mulheres a produzirem e penalizar o celibato, tirando a opção delas de decidirem sobre seus próprios corpos. Podendo chegar a serem obrigadas a casamentos forçados ou ter filhos quando não querem.

Isso é o pleno patriarcado racista na era do capital, já que por serem mulheres negras se encontram na base da hierarquia de classe. Esse sistema não trata igual todas as mulheres, já que mulheres de classe mais alta, em geral brancas, têm um apoio financeiro maior do que a mulher da classe trabalhadora.

Porém, como todas as outras formas de desigualdade não se podem olhar superficialmente sobre essa situação, o machismo se encontra em todas as classes sociais. Pois, a diferença se encontra na forma que essa exploração e subalternização é realizada.

Por exemplo, uma mulher de classe alta que por conta do marido e das atividades de casa deixou de trabalhar, isso se torna uma forma que outros podem utilizar para oprimi-la. Obviamente, uma mulher de classe explorada sofre muito mais e tem uma vulnerabilidade maior, mas isso não impede de uma mulher na elite também sofrer com o machismo.

Meritocracia e privilégio são dois conceitos que andam juntos, pois é fácil falar que todos têm direitos iguais quando um sempre teve escolha. Não existem cotas para mulheres em profissões ou áreas de estudo majoritariamente ocupadas por homens, contudo isso não parece ser um problema para boa parte da população.

Durante muito tempo as mulheres foram consideradas incapazes de exercer atividades intelectuais sendo colocadas para ficarem presas em suas residências, contudo desde antes do capitalismo já existia o desejo e luta delas por mudanças. De acordo com Federici (2017, p.45),

É na luta antifeudal que encontramos o primeiro indício na história europeia da existência das raízes de um movimento de mulheres que se opunha à ordem estabelecida e contribuía para a construção de modelos alternativos de vida comunal. (idem)

A questão de gênero não é só sobre as mulheres e como elas sofrem com uma desigualdade determinada pelo sexo biológico, mas também aborda sobre a construção histórica e cultural sobre o papel tanto dela quanto do homem (normatização de gênero) na sociedade levando em consideração as relações de poder, desigualdade e opressão.

Então, a questão de gênero precede o próprio capitalismo, somente com a influência do movimento feminista é que ocorre o aprofundamento da categoria de gênero para além do sexo biológico e de características físicas. A sua opressão se expressa de distintas formas, como por exemplo no momento em que é determinado quais as roupas ditas “femininas”, quais seus sonhos e trabalhos deveriam ser, qual o seu lugar na hierarquia social com base no fato de ser uma mulher ou homem.

Desse modo, o destino das pessoas estaria sendo determinado com base no sexo a que pertencem, podendo ter um futuro promissor no caso do sexo masculino ou a incumbência de cuidar do lar e dos filhos, ser um ser sensível e que deve obediência ao marido, atividades destinadas ao sexo feminino, perfis que são reproduzidos socialmente. (Sousa e Moura, 2013, p. 4)

Ou seja, a normatização de gênero é um fator que contribui para a opressão e desigualdade da classe trabalhadora, por isso é um elemento que deve estar presente no contexto do Serviço Social. Sousa e Moura (2013), abordam sobre as atribuições da/o assistente social na inclusão da perspectiva de gênero na implementação das políticas sociais.

Em adendo, a maior parte da população é constituída por mulheres, então é possível determinar que elas constituem boa parte da demanda trazida para os/as assistentes sociais que lidam majoritariamente com usuários/as que demandam políticas públicas e, como a maioria das pessoas empobrecidas são mulheres negras demandantes de políticas públicas, a maioria das/os usuárias/os são mulheres. Dito isso, ainda é necessário destacar que a maior parte dos/as profissionais do Serviço Social são mulheres também, ou seja, elas estão firmemente presentes na história da profissão e são as que sofrem com as várias formas de exploração e opressão.

Vê-se, portanto, que o Serviço Social tem uma função primordial na luta contra a opressão e desigualdade social, pois ela/ele é o profissional que mais lida cotidianamente com essas demandas. Infelizmente, como sua gênese foi baseada na religião e no conservadorismo, ainda existem profissionais que não atuam coerente ao projeto ético-político.

Além disso, a própria sociedade, por sua construção histórica, e culminar que o capitalismo depende das opressões para se reproduzir. Contudo, com a aproximação do Serviço Social ao marxismo e outros teóricos da mesma linha de pensamento, é possível ver a mudança na atuação dos assistentes sociais.

Como também, o aumento na pesquisa sobre as categorias de gênero e raça, indo além da questão social, podendo vislumbrar uma mudança no modo de produção e em uma sociedade que não seja mais controlada pela elite burguesa.

Quando se estuda sobre gênero, raça e/ou classe não se pode tirar da realidade ou desconectado de elementos que fazem parte de sua constituição, o equívoco que ocorre é em não entender que a complexidade da totalidade social está anexada a vários fatores que são transversais aos outros. Ou seja, não posso falar sobre gênero sem levar em conta a raça e classe social dos indivíduos, e vice-versa.

Por conta de sua história, a profissão acabou deixando de lado o aprofundamento sobre essas temáticas, por isso elas ainda são temáticas

relativamente novas no Serviço Social. Por isso, é preciso mais incentivo das instituições educacionais no aprofundamento e pesquisa sobre temas tão importantes para o profissional que lida diretamente com a questão social.

Uma outra problemática encontrada, é a falta de preparo durante a graduação, ainda em algumas universidades é possível encontrar pouco estudo sobre as questões étnico-racial e de gênero. Então mesmo que exista um compromisso da profissão com tais categorias teóricas, a realidade ainda não é condizente, por isso ao chegar na atuação alguns profissionais podem se sentir despreparados para lidar com os usuários.

Ou seja, além dos pesquisadores/as se aprofundarem mais na relação dessas temáticas com o Serviço Social e o modo de produção capitalista, é necessário que desde a graduação seja mostrada a importância desse estudo e de como a sociedade é construída de forma racista e machista.

Somente com esse entendimento é que os/as futuros assistentes sociais podem entender que as demandas sociais advêm de uma necessidade antiga e que a própria sociedade reproduz tais problemáticas. Já que a própria sociedade capitalista foi construída de forma a naturalizar o machismo e racismo, além de culpabilizar o indivíduo pela forma que ele vive.

3. INTERSECÇÃO DE GÊNERO E RAÇA NO CONTEXTO DO SERVIÇO SOCIAL DA UFAL

No contexto do modo de produção capitalista não pode ser negado o fato de que a desigualdade social faz parte da estrutura da reprodução e manutenção do capital. Logo, o capitalismo não consegue manter o controle da população sem essa opressão que, em outras palavras, se traduz na desigualdade social.

É consequência de mecanismos hierárquicos de inferiorização das pessoas por clivagem de classe, gênero, raça e sexualidade. Essas clivagens não querem dizer que sejam paralelas ou que um sofra mais que o outro. Obviamente, pessoas podem sofrer por intersecção de clivagens, portanto as formas que ela pode sofrer com a exploração são maiores que uma pessoa que só está em uma.

Contudo, isso não quer dizer que deve haver uma hierarquização da vulnerabilidade, já que se estará fazendo o mesmo que a elite faz com os/as trabalhadores/as. Uma das atribuições do Serviço Social é a de entender que existem tais clivagens que se interseccionam e são mecanismos utilizados pelo capitalismo como uma forma de extrair mais-valia do trabalhador.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Crenshaw, 2002, p. 177)

É importante aprofundar a questão da interseccionalidade e é preciso compreender sobre o ser humano como ser social, já que os marcadores de classe, gênero e raça estruturam esse ser que vive em sociedade.

O ser social, ou o indivíduo, é constituído por vários elementos que o formam e ao decorrer do tempo ficou cada vez mais complexo para ser analisado, ou seja, todas as mudanças que ocorreram em sociedade também influenciaram na própria constituição do ser. Ele não pode ser entendido se retirado do contexto em que vive, por isso é de extrema importância a contextualização do momento histórico e suas lutas de resistência.

Dessa maneira, seguimos com a perspectiva da autora Táboas:

[...] adotamos a perspectiva da totalidade concreta das relações sociais, entendendo-a como processo social, dinâmico e contraditório, dialético e histórico, e identificamos relações sociais que determinam o ser social, a saber: relações de classe social, de raça/etnia e de gênero/sexo. (Táboas, 2021, p.6)

Logo, só podemos compreender o indivíduo se entendermos que todas as suas características são importantes e não podem ser apagadas, quando a questão humana é estudada. Isso ocorre em algumas pesquisas ao focar em um dos elementos e não relacioná-los com outros componentes tão importantes quanto. A totalidade é uma forma de entender como as desigualdades e opressões podem afetar o indivíduo, além de determinar sua posição no contexto da sociedade.

As diversas identificações e marcações que se interseccionam na produção dos/as sujeitos/as, são processos cada vez mais discutidos na atualidade. Sobretudo no campo dos estudos de gênero e raça, o tema das identidades que se interseccionam nas mais variadas realidades e sujeitos/as, compõem um vasto e rico campo de discussões, tanto no âmbito acadêmico como no seio das movimentações coletivas onde estão inseridos/as esses/as sujeitos/as. (Lima, 2013, p .3)

Até mesmo o movimento social pode ser afetado dependendo do contexto histórico, quando se analisa a construção da luta dos grupos minoritários, há momentos em que eles são mais ativos e outros em que ocorre uma certa diminuição de ações. Isso pode ser um efeito direto do conservadorismo no contexto da sociedade, em que a união e força do grupo fica fragilizado diante do contexto histórico.

Como por exemplo, o ser humano do século XXI não será o mesmo que no século anterior, isso se deve ao desenvolvimento da sociedade que acarreta mudança nos indivíduos que a integram e são os indivíduos que a fazem se desenvolver. O mesmo também ocorre nas pesquisas acadêmicas, com o passar do tempo a realidade vai se complexificando e elas se deparam com mais complexos desafios.

O que seria a interseccionalidade das categorias de gênero, classe e raça? De forma resumida, será aprofundado posteriormente, é a conexão intrínseca de elementos que têm sua própria independência, já que podem ser analisados isoladamente. Porém, seu sentido e influência na vida do indivíduo só poderão ser

plenamente analisados em conjunto com os outros elementos determinantes na vida social.

Ou seja, não é que não se pode analisar sobre as questões de gênero, raça e classe de forma independente, porém só quando analisa a interseção entre esses elementos é que se pode compreender a totalidade do ser social e como a desigualdade afeta vários parâmetros de sua vida.

O capitalismo atua diretamente na exploração dos grupos minoritários ou na disseminação de sua ideologia conservadora. No final, tudo se volta aos objetivos da classe dominante, os trabalhadores sendo “controlados” e explorados para a acumulação de capital.

O que todos esses elementos têm em comum com a interseção? Uma das consequências desses fenômenos é a exclusão da interseccionalidade entre elementos que são indispensáveis para a compreensão do ser em sua totalidade. Já que para o capitalismo é mais vantajoso que os trabalhadores fiquem cada vez mais afastados uns dos outros e sua luta enfraqueça, então se não tiver uma correlação entre as clivagens é mais provável que isso ocorra.

Como por exemplo, ao se pesquisar sobre a subalternização do trabalho das mulheres domésticas, o locus da pesquisa já determina que o público a ser estudado são as mulheres e que elas realizam uma atividade que é considerada como inferior às outras. Entretanto, para compreender os nexos desses aspectos empíricos é necessário remeter à totalidade do modo de produção capitalista transversalizado por classe, gênero e raça

Em outras palavras, quando o/a pesquisador/a se voltar para a realidade concreta dessas mulheres, perceberão que são, na sua maioria, negras, ou seja, além da questão de gênero há também uma questão de raça. Em adendo, as mulheres negras que realizam essas atividades têm uma outra similaridade que é uma história familiar de pessoas que realizam a mesma atividade e são de uma classe social inferiorizada.

Como traz Carneiro (2019, p.327) “a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como a questão de gênero na sociedade brasileira.”

Isso demonstra como um tema que, aparentemente, aborda somente sobre a questão de gênero, quando analisado mais profundamente é possível ver outros

elementos que influenciam nessa temática e são necessários serem estudados para o entendimento da realidade das pessoas estudadas na sua totalidade.

O objetivo principal deste capítulo é justamente demonstrar a importância dessa intersecção de elementos fundamentais, as categorias de gênero, raça e classe para a compreensão da realidade do curso de serviço social na sua totalidade. Um outro ponto a ser abordado nesse capítulo é a análise dos dados obtidos sobre a constituição dos membros tanto discentes quanto docentes no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

3.1 Interseccionalidade das Categorias Gênero e Raça na vida em sociedade

Como já foi abordado no capítulo anterior, a desigualdade social é um recurso do capitalismo para garantir o lucro por meio da exploração e opressão de gênero, raça e classe para a manutenção da ordem do capital.

De forma imediata, percebe-se que a divisão social pode ser entendida a partir de duas classes antagônicas, contudo no contexto das classes antagônicas existem aqueles detentores do poder econômico, brancos e, em geral, homens que são tratados socialmente como superiores e aqueles tratados como inferiores. Por que isso acontece? Isso ocorre por existirem outros fatores determinantes para o controle do “poder” e que muitas vezes são colocados para escanteio.

Como é trazido por Crenshaw (2002, p. 175), “Para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou/e de gênero, que são parte da estrutura, teriam que ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação.” Ou seja, somente quando se coloca as questões de gênero e raça, que são elementos primordiais para a construção do ser, em primeiro plano é possível o entendimento da discriminação.

Analisar a discriminação frente a somente um desses elementos é dizer que outros aspectos da vida do indivíduo não ocasionam um maior grau de vulnerabilidade, além de afirmar que nas relações sociais entre integrantes da mesma classe social não ocorreria discriminação. O que não é condizente com a realidade, e exclui a luta daqueles/as que sofrem com as discriminações e sofrem profundas desigualdades.

Como por exemplo, em um encontro entre pessoas poderosas, donos de grandes indústrias, um homem branco sempre terá mais respeito que um homem negro da mesma classe social, já que o racismo é tão profundo que essa é o primeiro aspecto que é percebido e que não importa a riqueza no fundo serão menosprezados. Contudo, não podemos o comparar com um trabalhador negro que tem “n” motivos para sofrer com a desigualdade e exploração.

Existem outros componentes que poderiam ser mencionados, como a religião, a cultura, a condição sexual, contudo é complexo abordar tantos elementos que dividem a sociedade em grupos. Gênero, Raça e Classe são os primordiais e estruturantes da sociedade desde o início do capitalismo, por isso eles são o foco atual da pesquisa.

Racismo, a crença na superioridade inata de uma raça sobre todas as outras e, assim, o direito à predominância. Sexismo, a crença na superioridade inata de um sexo sobre o outro e, assim, o direito à predominância. Discriminação etária. Heterossexismo. Elitismo. Classismo. (Lorde, 2019, p.247)

Como já dito, ratificamos que existe um tripé na desigualdade social que se baseia em três elementos sendo eles, gênero, raça e classe, no contexto do capital. Voltando à interseccionalidade, alguns/algumas autores/as abordam sobre a intersecção ou interseccionalidade, mas uma das primeiras a utilizar esse termo foi Kimberlé Crenshaw (2002). Importante reconhecer sua importância por trazer uma aproximação dessa categoria analítica aos elementos encontrados no contexto do capitalismo, e que são a fonte das desigualdades instaladas na atual sociedade

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Crenshaw, 2002, p. 177)

Ou seja, com a interseccionalidade é possível compreender como as categorias de gênero, raça e classe estão presentes nas demandas advindas da população na qual o serviço social atua, então é a forma de desvendar a cerne das desigualdades sociais aprofundadas no capitalismo.

Entretanto, apesar da autora ser norte-americana e suas obras se referirem a seu contexto e a sua vivência, ainda assim podem ser utilizadas ao levar em consideração as particularidades do Brasil. Com uma realidade e forma de capitalismo diferente de um país imperialista, como os EUA, por isso é imprescindível considerar as particularidades da formação sócio-histórica do Brasil, imerso no capitalismo dependente das demandas imperialistas.

Essa temática é fundamental para a luta das mulheres, principalmente o feminismo negro, já que por conta de toda a estrutura e objetivo do capitalismo somente com uma mudança radical no modo de produção vigente – capitalista patriarcal e racista- para se tornar possível a emancipação das mulheres e homens. Não só as brancas, como de todas as raças/etnias, e não só direitos específicos, mas que todas as demandas e necessidades de todas as mulheres possam ser satisfeitas.

A emancipação humana é um direito de todos/as e não somente de uma parcela da população, o que ocorre no contexto do capitalismo dependente. Os privilégios de classe, gênero e raça são do povo branco, mas a resistência, também, é possível.

Se a dominação pode ser inevitável como fato social, é improvável que ela permaneça hegemônica como uma ideologia no interior dos espaços sociais em que as mulheres negras falam com liberdade. Esse domínio de um discurso mais ou menos seguro, mesmo que restrito, é uma condição necessária para a resistência das mulheres negras. Famílias estendidas, igrejas e organizações da comunidade afro-americana são espaços importantes nos quais o discurso seguro potencialmente pode ocorrer. (Collins, 2019, p.284)

O coletivo de mulheres é um espaço importante e um lugar seguro para que as mulheres negras possam falar o que pensam, mas essa é uma liberdade restritiva, o que o novo já demonstra uma contradição, e suas palavras não irão chegar ao resto da população. Contudo, essa é a forma encontrada para que essas mulheres negras possam se expressar e contar sua história.

É preciso enegrecer o feminismo, uma frase forte e um desejo deixado por Sueli Carneiro, uma autora feminista negra que além de todas as suas demandas como mulher também busca, com o mesmo afincio, conquistar direitos para os negros, em especial a mulher negra.

Considerando que a construção da sociedade brasileira, e da América Latina em geral, é fundamentada na “violação colonial perpetrada pelos senhores brancos

contra as mulheres negras e indígenas ...”, de acordo com Carneiro (2019, p.325). Ou seja, desde a sua formação já existia essa desigualdade racial, a sociedade foi estruturada para a perpetuação do racismo.

Sueli Carneiro (2019, p.325-326) faz uma crítica ao feminismo, ao dizer que é necessário destacar que isso não é um ataque às mulheres que fazem parte do movimento, mas porque sempre colocam as demandas das mulheres brancas como algo geral para todas elas. Como por exemplo, historicamente as mulheres, de forma generalizada, foram colocadas como o sexo “frágil” que sempre precisam de proteção e a história mostra que as mulheres escravizadas nunca foram tratadas assim, o que repercute até hoje.

Porém, isso realmente acontece para as mulheres negras, elas são vistas na sociedade como pessoas que precisam ser cuidadas e protegidas? As mulheres devem lutar pelo seu direito de trabalhar e sair de casa para conquistar o seu próprio sustento, um ponto de extrema importância, mas as mulheres negras sempre tiveram que trabalhar para sustentar a casa.

As musas retratadas pelos artistas e poetas, são negras? Essa crítica feita por Sueli Carneiro (2019), é uma forma de “acordar” as feministas para a realidade em que elas vivem, além de trazer explicitamente a interseccionalidade na de sua obra. Não se pode utilizar as necessidades de uma parcela da população como se fosse a vivência de todas elas, isso só traz uma discriminação para o interior de um movimento que luta contra isso.

No campo dos movimentos de resistência, o tripé da desigualdade, gênero, raça e classe, têm efeitos extremamente importantes, o primeiro é a afirmação da diversidade de lutas e da composição atual da sociedade. Essa é uma forma de compreender as nuances que constituem a sociedade, além de demonstrar que outros grupos têm demandas e necessidades diferentes e precisam ter a mesma atenção que o geral.

Contudo, um efeito, até mesmo negativo, é a divisão. Quando, essa “separação” é tão grande que cria intrigas entre os membros, como por exemplo quando os negros não se sentem ouvidos no contexto das demandas da classe trabalhadora em geral.

Essa ruptura entre os grupos pode desenvolver certa vulnerabilidade aos olhos do capitalismo, por isso é necessário levar em consideração não só o geral como também as demandas particulares nos coletivos de resistência que compõem

a classe trabalhadora. Por isso, é imprescindível não esquecer que a maior força do/a trabalhador/a é sua compreensão crítica, interseccional numa perspectiva de totalidade.

Vale reconhecer que, até mesmo as lutas contra todas as formas de discriminação encontradas no contexto do capitalismo se tornaram uma forma do mesmo acumular cada vez mais lucros, já que eles utilizam pessoas pertencentes aos grupos oprimidos para capitalizar sobre as suas falas e história de luta. Essa habilidade do capitalismo de se adaptar e manipular as relações sociais garante sua expansão e sua reprodução por tanto tempo, pois até uma ação que vai de encontro com os seus objetivos pode se tornar uma forma deles ganharem mais renda.

Porém, a elite faz isso por saber que essas ações, mesmo que abra os olhos de mais pessoas para a luta, não terá uma profunda alteração na sociedade, já que essas formas de opressão fazem parte da estrutura da população e uma ação superficial não será o suficiente para alterá-la.

Gonzalez (2019, p. 357) divide o racismo em duas formas, que se desenvolveram levando em consideração a localidade e sua colonização, a primeira é o racismo aberto, ou seja, uma pessoa é negra dependendo se seus antepassados também sejam. Logo, esse tipo de racismo leva em consideração os seus antepassados, e é encontrado em sociedade de origem holandesa, germânica e anglo-saxônica.

Existe uma frase famosa “Todos são iguais perante a lei”, que está presente na Constituição de 1988, entretanto essa é uma falácia que é perpetuada em sociedade. A premissa para isso seria que os indivíduos tivessem em grau de igualdade e isso não reflete na sociedade capitalista. Entender o conceito de interseccionalidade é compreender as nuances, nem sempre imperceptíveis, que formam as desigualdades ao impossibilitar tal noção de igualdade.

Tanto esse documento quanto os Direitos Humanos destacam esse sentimento de igualdade não importando a raça, gênero ou classe social, porém isso ocorre na realidade? Quando colocamos dois sujeitos para serem julgados da mesma forma estamos dizendo que os dois estão na mesma posição social, infelizmente sabemos que em uma sociedade capitalista isso não ocorre. Como discorre a autora Kimberle Crenshaw,

tradicionalmente, o entendimento era que quando as mulheres vivenciavam situações de violação dos direitos humanos, semelhantes às vivenciadas por homens, elas podiam ser protegidas. No entanto, quando experimentavam situações de violação dos direitos humanos diferentes das vivenciadas pelos homens, as instituições de defesa dos direitos humanos não sabiam exatamente o que fazer. (Crenshaw, 2004, p.9)

Quando a autora aborda sobre essa temática ela se refere diretamente aos direitos humanos, e como sua violação, quando tem relação com a questão de gênero, não é abordada e as mulheres não tem uma forma de “proteção”. Kimberle utiliza até mesmo um exemplo, caso uma mulher foi torturada por suas crenças políticas da mesma forma de um homem seria reconhecida como uma violação dos direitos humanos, entretanto, caso ela fosse estuprada ou forçada a se casar não sabiam o que deveria ser feito.

Existem diversos outros momentos no cotidiano que podemos encontrar a desigualdade de gênero, como no local de trabalho. Existem profissões que, socialmente e historicamente, são consideradas como pertencentes ao papel desempenhado por mulheres ou homens. Quando alguém “quebra” com essas barreiras são duramente julgados pela sociedade, infelizmente, mesmo com o avanço e desenvolvimento da sociedade esse pensamento continua muito forte.

De acordo com Sousa e Moura (2013, p.3) “... socialmente foi-se definindo às funções que cabiam ao homem, que seriam a de chefia e poder, enquanto que a mulher encontra-se em uma posição inferior, na qual é tida como frágil e de menor grau de inteligência, [...]”. Logo, profissões ditas como mais intelectualmente complexas são consideradas como masculinas, e aquelas de cuidado e zelo são o papel feminino na sociedade.

A sociedade evoluiu bastante na compreensão das questões de gênero e raça, entretanto quando se fala do pensamento da sociedade em si ainda estamos muito longe do que seria ideal. A interseccionalidade é uma forma de apreender a complexidade das relações sociais, como também a relação intrínseca dessas categorias.

Segundo Lugones (2019, p.369) “Se mulher e negra são categorias homogêneas, atômicas, separáveis, sua intersecção nos mostra a falta de mulheres negras; ver mulheres não brancas é extrapolar essa lógica categórica”. Ou seja, não

existe uma relação direta entre essas categorias, pois suas existências são paralelas umas às outras.

Logo, todas existem no mesmo plano e influenciam na vida da população, mas não podem ser consideradas como um conjunto de desigualdades que impactam a vida da população. De acordo com a autora, é assim que a modernidade organiza as categorias de gênero, raça e classe, como se elas não se misturassem e coexistem paralelamente.

Essa lógica é criticada pelas feministas negras, pois onde elas se encaixam se não existe correlação entre esses elementos? Isso auxilia o capitalismo na separação dos movimentos sociais, já que a força da massa é o maior obstáculo para eles.

Como é possível visualizar, o capitalismo tenta barrar a noção que as desigualdades, e conseqüentemente as categorias que as formam, estão intrinsecamente conectadas e influenciam umas nas outras. Principalmente, causando empecilhos na liberdade da população.

3.2 Deslocamento das Docentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas no Campus A.C Simões na Última Década: Intersecção de Gênero e Raça

Iremos trabalhar agora com os pressupostos teóricos e históricos já abordados no capítulo anterior, como a questão de classe, gênero e racial, como a intersecção entre essas categorias e como elas atuam na totalidade social do indivíduo. Em adendo, será trabalhado a composição do quadro de docentes do Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas, analisando os dados da última década sendo de 2010 até 2020.

Inicialmente, é imprescindível fazer um contraste entre o passado e o presente, pois só assim será possível a determinação da verdadeira mudança no contexto da sociedade. Um ponto que foi trazido durante toda a pesquisa é que não se pode abordar sobre desigualdade, gênero, raça/etnia, sem levar em consideração o contexto histórico e a formação.

Então, nem todos os países compreendem o racismo e o machismo da mesma forma, não quero dizer que eles não têm características em comum em

todos os países. Porém, sua concepção e a forma que ele se desenvolve em sociedade é diferente dependendo do país e sua história.

No Brasil, e na América Latina como um todo, a formação socio-histórica realiza-se por meio de extrema violência, opressão contra duas raças em específico, os negros e os indígenas ou povos originários. Isso se deve a uma falsa noção de superioridade da raça branca em relação a outras, e a negação de que uma outra cultura deva fazer parte da história local.

Por isso, que nesse país o racismo é tão forte com essas duas raças, não se pode culpabilizar somente o indivíduo por suas falas, como também levar em consideração que por conta da formação do Brasil esse racismo faz parte da estrutura da sociedade. Portanto, as opressões são funcionais ao modo de produção capitalista, por elas serem uma forma de controle sob o trabalhador e promover a reprodução do capital.

Como isso pode ser feito? Uma das forças é “enegrecer” as temáticas para ter uma nova visão sobre a realidade. Sueli Carneiro (2003), de acordo com a autora, o feminismo precisa ser enegrecido para que possa atender as necessidades/demandas trazidas pelas mulheres negras, irei adaptar essa ideia de uma outra forma. O espaço acadêmico, e todos os âmbitos em que há pessoas, é preciso que eles sejam enegrecidos, ou seja, que aumente a produção e quantidade de pessoas negras nesses espaços.

Esse é um passo importante para que possamos ver uma mudança na estrutura da sociedade e, ainda assim, é um longo caminho de luta. Não é fácil determinar quais as formas que proverão uma mudança rápida e duradoura na sociedade, a mais “direta” seria um novo modo de produção que tivesse como objetivo romper com todas as formas de opressão.

No âmbito do Serviço Social, apesar da aproximação com a teoria de Marx, esse traço de conservadorismo do racismo e do machismo ainda prevalece. Por isso, a importância de analisar se após as mudanças, lutas e conquistas, ainda ocorre a discrepância entre homens e mulheres, brancos e negros/indígenas/outras etnias no contexto da sociedade, além de compreender a influência dessas categorias da realidade e as problemáticas trazidas pela desigualdade. Como já vimos, o Serviço Social foi embasado e criado como uma profissão para ser desempenhada por mulheres, um reflexo que até a atualidade ainda está muito presente.

Contudo, com o tempo, essa ideologia foi aos poucos diminuindo e atualmente é possível ver uma aumento na quantidade de assistentes sociais homens, mas a diferença continua alarmante. Mesmo ao tentar se distanciar do conservadorismo e da religião, essa realidade ainda está muito presente na profissão e na visão da sociedade sobre o Serviço Social.

Em 2022, o Conselho Federal de Serviço Social publicou um e-book com o título “O Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de Trabalho e Exercício Profissional” a pesquisa foi finalizada no final do ano de 2019 e seus dados são imprescindíveis para entender a realidade do perfil atual dos assistentes sociais no Brasil. CFESS (2022 p. 23) ”Do universo total pesquisado, 41.083 profissionais ou 92,92%, se identificam com o gênero feminino, enquanto 3.083 destes, ou 6,97%, têm identificação com o sexo masculino.”

Não podemos dizer que não houve mudança, mas a diferença é exorbitante, por que isso? Por que a sociedade ainda tem o conceito que a assistente social é uma mulher empática, amorosa e que vai cuidar dos trabalhadores. Enquanto, não tiver uma mudança nesse pensamento é muito difícil ter uma mudança maior nesses dados.

Uma outra informação importante trazida pelo e-book é

Dentre as Unidades da Federação que possuem proporcionalmente maior número de profissionais do sexo feminino, destaca-se Santa Catarina, que lidera nesse quesito, por ter alcançado 96,26% do universo abrangido pela pesquisa. Na sequência estão as UFs de [...] Alagoas (94,21%), todas acima da média nacional que é 92,92%. (CFESS, 2022, p. 26)

Como vimos, as assistentes sociais, em sua quase totalidade, são mulheres, contudo tem uma outra categoria de extrema importância para o entendimento da subalternização da profissão e da pouca quantidade de atuação na docência, pois, além das mulheres serem a minoria, do total de todos os cursos, na docência nas universidades, o mesmo pode ser dito das raças negra, indígena e outros.

Logo, mesmo a maior parte da população, de acordo com o censo do IBGE de 2022, não seja branca e/ou do sexo masculino, ou seja, não se enquadram como parte da etnia e gênero de maior poder e privilégio. Ou até mesmo que as mulheres formam a maior parte dos discentes da universidade, esses grupos ainda são

minoria em outros espaços de atuação e conhecimento, somente por seu gênero e/ou raça/etnia.

Sobre a pertença étnico-racial das/os profissionais recadastradas/os, os dados indicam que metade das/os profissionais se auto reconhecem como de cor/raça preta/negra/parda, com 22.255 registros, o que representa 50,34% das/os participantes. Na sequência estão as/os profissionais autodeclaradas/os brancas/os, com 20.771 registros, ou 46,98%. As/os Assistentes Sociais de raça/cor amarela vêm em seguida, com 819 registros (1,85%), seguido de indígenas, com 140 pessoas (0,32%). Outra cor/raça sem identificação específica registrou 227 ocorrências, correspondendo a 0,51%. (CFESS, 2022, p. 30)

Podemos observar uma mudança significativa, já que no início da profissão do Serviço Social as mulheres eram somente brancas, então pelo menos em algumas profissões é possível visualizar um deslocamento das pessoas de outras raças para o interior da universidade.

Esses dados são de extrema importância não só para compreender como o perfil do profissional vai se alterando dependendo de sua composição e contexto histórico, mas que é possível ter uma mudança significativa. Porém, é necessário entender o cerne do problema para buscar formas dessas mudanças sejam estendidas para outras profissões.

Em que pese esse aumento da raça negra na universidade é focado nos cursos considerados “inferiores” pela sociedade, em outros cursos da elite não é possível averiguar esse mesmo aumento. Essa é uma questão que abrange muito mais além da universidade, contudo é uma temática que muitas vezes é deixada de lado.

O primeiro passo para entender a importância desse deslocamento dos docentes é justamente a compreensão da interseção entre gênero e raça, pois é preciso entender a influência dessas categorias na constituição do corpo docente do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas Campus A.C Simões.

Apesar de hoje a carreira de professor/a da educação básica, tanto quanto o serviço social, é vista como uma profissão feminina. Ressalte-se que as mulheres tenham sido excluídas até o século XX. Segundo Backes, Thomaz e Silva,

Desde a fundação das universidades no século XII até o final do século XIX e, em alguns casos, até o início do século XX, as

mulheres eram excluídas do estudo. Umas poucas mulheres, entretanto, estudaram e lecionaram em universidades a partir do século XIII. (Backes, Thomaz e Silva, 2016, p.167)

Diferente do Serviço Social, que sempre foi uma profissão considerada “feminina”, o ensino era reservado e praticado somente pelos homens, pois as mulheres eram excluídas na questão da aprendizagem já que seu papel era o de cuidar da casa e da família. Ou seja, pela educação formal ser direcionado ao público masculino então, conseqüentemente, os professores tinham que ser homens.

Quando as mulheres puderam finalmente adentrar ao campo da educação formal esse cenário mudou, pois, na educação básica começaram a relacionar o ensino ao cuidado, ajuda, ou seja, atributos “femininos”, transformando uma profissão que era desempenhada pelos homens como uma profissão feminina. Elas passaram de não ser aptas a adentrar nas salas de aula para além de alunas, até mesmo serem professoras.

Vê-se que a inserção das mulheres nas escolas e até mesmo nas universidades foi uma conquista para as mulheres, contudo todas as profissões femininas acabam sendo desvalorizadas e consideradas subalternas à outras profissões, ou seja, a profissão de professor/a não tem mais a estima e importância reconhecida socialmente como outrora.

A educação tem vários níveis, de início o ensino básico ou fundamental, seguido do ensino médio e em seguida ensino superior que envolve graduação e pós-graduação. Cada um desses níveis carrega características de “status” e “prestígio” diferenciados.

É fato que a presença feminina é maior em número de estudantes nas universidades brasileiras, entretanto, as mulheres não são a maioria entre os docentes da Educação Superior, território de maior “prestígio” na educação, diferentemente da educação básica, onde a presença das professoras se sobressai a dos professores. (Backes, Thomaz, Silva, 2016 p.167)

Nas etapas iniciais da educação, como o ensino fundamental e médio, é possível observar que a maior parte dos profissionais são mulheres, contudo o mesmo não ocorre quando se analisa a composição dos profissionais no ensino superior. Logo, mesmo as universidades sendo compostas em sua maioria por

mulheres, elas ainda continuam sendo um contingente menor de docentes na universidade.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2022³, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o maior quantitativo dos discentes matriculados na universidade são as mulheres, ou seja, é superior ao número de homens. Uma outra problemática, quando elas se tornam professoras universitárias seu maior número se encontra nos cursos e profissões ditas femininas e as outras áreas do saber são compostas por uma grande maioria masculina.

Esse processo envolve muito mais que questões políticas e históricas, eles nos dizem respeito, também, às relações de gênero que são histórica e socialmente produzidas. As relações de gênero corroboram para engendrar práticas entendidas como masculinas e femininas, estabelecidas conforme as concepções de cada sociedade. (Backes, Thomaz, Silva, 2016 p.169)

Nesse sentido, a interseccionalidade é uma ferramenta fundamental para o entendimento de como esse processo se realiza e o papel da própria sociedade para a reprodução dessa desigualdade, quando a população começar a quebrar os “tabus” de papel de mulher e homem é que será possível uma mudança nessa ideologia de subalternização dos trabalhos considerados femininos ou inferiores.

Além disso, não se pode esquecer que o mesmo, e de certa forma ainda pior, ocorre com outras etnias que também têm suas profissões e seu lugar na sociedade pré-determinada somente por sua raça/etnia. Como já foi abordado anteriormente, essas categorias não podem ser analisadas de forma individual, já que todas no final tem uma mesma “fonte” de desigualdade e tem o objetivo de sua emancipação.

Soares e Silva (2019, p.33), demonstram o quantitativo de docentes por gênero e raça no ensino superior, as autoras utilizaram dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no ano de 2017, onde pode retirar que do total de 392.036 mil docentes que davam aulas em universidades públicas e particulares do Brasil, mas deste quantitativo apenas 62.239, ou 16% do total, se autodeclararam negras(os), 45% são mulheres e 55% são homens.

³ Todos os anos o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza o censo sobre a educação no Brasil, o do ano de 2022 pode ser acessado pelo site <[resumo tecnico censo escolar 2022.pdf \(inep.gov.br\)](https://inep.gov.br/resumo-tecnico-censo-escolar-2022.pdf)>

Esses números são a clara representação da desigualdade racial em conjunto com a divisão sexual do trabalho, onde temos que a maior parte dos docentes no Brasil são homens brancos. Isso é um fato, onde são eles o grupo que mais acumula capital e tem mais poder na sociedade. Além disso, são o grupo de menor quantidade, logo, o dinheiro acaba nas mãos dos poucos.

Do outro lado temos, as mulheres, que por suas “características femininas” são adequadas para certos trabalhos ligados a educação, empatia, cuidado, zelo, contudo quando essas profissões requerem um nível maior de capacidade intelectual ou liderança então acaba se tornando um trabalho de homem. Como por exemplo, um professor universitário que para chegar a esse patamar teve que passar pelo mestrado e doutorado.

Ou, uma mulher ou homem negros, que logram ingressar na universidade, apesar dos obstáculos, nem sempre conseguem termina-la ou fazem cursos “determinados” para eles. Tudo isso gira em torno do tripé da desigualdade social, gênero, raça e classe, e a interseccionalidade entre essas categorias.

Por isso a importância do “enegrecer” trazido por Carneiro, é indiscutível a necessidade da pesquisa e aprofundamento dessas desigualdades sob a percepção negra. As universidades não podem fazer estudos, pesquisas sobre essa temática e não ver sua própria realidade, para alguns as cotas são uma injustiça.

Contudo, foi uma forma conquistada pelo povo e colocada pelo governo como um direito, e ainda assim os números são muito baixos. Principalmente, quando se leva em consideração níveis pós-graduação ou empregos de grande porte.

Para um aprofundamento da temática, vamos analisar a quantidade de docentes da Universidade Federal de Alagoas no Campus A.C Simões, os dados abordam a quantidade de docentes do Curso de Serviço Social em suas duas unidades, o A.C Simões (Sede) e o Campus de Palmeira dos Índios. Os dados foram adquiridos através do Trabalho de Conclusão de Curso de Alane Ananias da Silva com o tema “As Mulheres Docentes na Universidade Federal de Alagoas na Perspectiva de Gênero e Raça”.

Foram utilizados os dados dos anos de 1994 e 2020, por não ter sido possível adquirir os dados referentes ao ano de 2010, entretanto, por conta dos dados. Por conseguinte, temos que no ano de 1994 eram 28 docentes do sexo feminino e 1 docente do sexo masculino. E no ano de 2020 foram 38 docentes do sexo feminino

e 5 docentes do sexo masculino⁴ nos dois campus abordados na pesquisa da autora, deste último ano é possível discernir que desse quantitativo eram 30 mulheres e 3 homens docentes no Campus A.C Simões.(Silva, 2023)

GÊNERO : DOCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAL

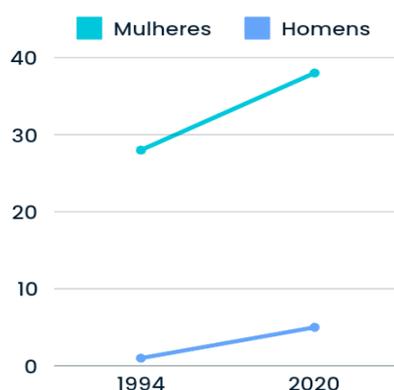


Figura do autor

É imprescindível deixar claro que não existem dados de raça para os docentes, o que em si é uma forma de racismo. Por tentar “esconder” a desigualdade de gênero no corpo docente, por isso não foi possível analisar esses dados.

Ou seja, o quadro de docentes do curso de Serviço Social em vinte e seis anos houve um aumento de 10 docentes do sexo feminino e 4 docentes do sexo masculino. Quando colocado dessa forma não é tão alarmante como a realidade, por isso quando se analisa é preciso levar em conta os números exatos e não somente o quantitativo do aumento.

Por conta dos docentes mudarem muito pouco ao longo do tempo, então seus dados acabam sendo mais escassos. Porém, é claro que há uma grande lacuna entre as docentes do sexo feminino e masculino no curso de Serviço Social. O que demonstra que mesmo as mulheres docentes sendo a minoria há alcançar o nível

⁴ Os dados foram adquiridos através do TCC da autora Alane Ananias da Silva, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas em 2023.

superior elas se concentram em cursos que são majoritariamente compostos por mulheres tanto na questão dos docentes quanto nos discentes.

2.3 Deslocamento das Discentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas no Campus A.C Simões na Última Década: Intersecção de Gênero e Raça

Como foi discutido anteriormente, as mulheres constituem a maior parte da universidade, isso é um fato indiscutível. Porém, elas se encontram em sua maioria em cursos conhecidos como “femininos”, dividindo o papel a ser desempenhado por mulheres e homens na sociedade.

Não há uma “regra” que defina quais cursos homens ou mulheres, negros ou brancos ou indígenas, tenham que escolher. Porém, existe uma ordem societária que impõem quais são os cursos que esses grupos devem se profissionalizar, ou seja, a própria sociedade é que reproduz tais preconceitos e impossibilita uma alternativa diferente.

Considerando que as universidades públicas brasileiras têm sido, nos anos recentes, construídas como espaço de discussões e de respeito à (e convívio com a) diversidade, o corpo discente de uma grande universidade pública brasileira, exposto a tal diversidade, estaria pronto a resistir aos apelos ideológicos de discursos racistas? (Oliveira, Resende, p. 150, 2020)

As mulheres conquistaram muitos direitos, passaram de não poderem estudar a serem professoras ou reitoras da universidade. Porém, ainda há muita mudança a ser feita, principalmente em relação aos cursos que elas adentram.

Para uma análise real da Universidade Federal de Alagoas, no semestre de 2023.2, que decorre dos meses entre novembro de 2023 até abril de 2024, estão matriculados 15.029⁵. Desse quantitativo, 8.440 são do sexo feminino e 6.583 são do sexo masculino, em adendo só existem essas duas opções no site. O que comprova a maioria do sexo feminino na Universidade Federal de Alagoas - UFAL.

O universo da pesquisa foca no curso de Serviço Social, da mesma universidade citada acima, Campus A.C Simões localizado na cidade de Maceió. Onde podemos visualizar essa desigualdade, já que esse curso é considerado

⁵ De acordo com informações retiradas do site UFAL em Números. Link <[Ufal em Números](#)>

“feminino” e por isso a quantidade de mulheres é muito superior à quantidade de homens. A consequência disso, que foi mostrado na seção anterior através do CFESS/CRESS, é que quase a totalidade das assistentes sociais que são do sexo feminino.

Ou seja, mesmo sendo uma profissão que luta contra a divisão sexual e racial do trabalho e pelos direitos das/os trabalhadoras/es, ainda é o espelho da desigualdade de gênero. Pois a sociedade ainda tem um conceito próprio do perfil de uma assistente social, e dentre as características está o fato de serem mulheres. Essa é uma ideologia que aos poucos irá se desfazendo, porém os números continuam alarmantes.

Além da questão de gênero, também será abordada a questão de raça, que tem uma menor discrepância e uma problemática diferenciada no contexto do curso de serviço social na UFAL. A Universidade Federal de Alagoas, como todas as instituições federais, têm um sistema de cotas levando em consideração sua raça/etnia e/ou a questão financeira da família.

A Lei nº 12.711/2012, ou como é popularmente conhecida como a Lei de Cotas, tem como objetivo reservar vagas nas universidades e institutos federais para pessoas da raça negra, para pessoas com deficiência e pessoas advindas das escolas públicas. O que seria essa lei? 50% das vagas devem ser preenchidas pelas cotas, e essas pessoas “competiriam” entre si para conseguir a sua vaga.

De acordo com o Ministério da Educação, na parte da Lei de Cotas, demonstra que entre 2012 e 2022 1,1 milhão de pessoas foram beneficiadas por essa lei e poderem adentrar nas instituições públicas de ensino.

Esse é um direito conquistado após muita luta, porém como um direito as vezes pode acabar “sumindo” é importante continuar lutando para mantê-los. Então as pessoas negras, indígenas e quilombolas têm uma porcentagem das vagas reservadas para eles.

A Universidade Federal de Alagoas (Ufal) se prepara para as mudanças nas cotas para ingresso nos cursos de graduação e pós-graduação, aprovadas pelo Congresso Nacional, no dia 24 de outubro, e que aguardam sanção presidencial. A instituição foi pioneira no uso de cotas no Brasil, sendo a primeira universidade federal a implementar o sistema. A Ufal usa as cotas desde 2003, por meio do Programa de Ações Afirmativas (Paaf). Já a lei de cotas, aprovada em 2012, reserva 50% das vagas em universidades e

institutos federais para estudantes das escolas públicas. (UFAL, 2023)

Seguindo o que foi determinado pelo Conselho Federal em 2023, em relação à lei de cotas, é que seja incluído os/as alunos/as de origem quilombola, a redução de renda para até um salário mínimo (no Brasil atualmente o valor é R\$1.302). Todas essas mudanças têm como objetivo facilitar que os estudantes possam adentrar no ensino superior, além de uma tentativa de diminuir essa desigualdade entre os cursos da universidade.

O foco principal da pesquisa é refletir sobre a interseccionalidade de gênero e raça no perfil dos/as discentes matriculados/as no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, no Campus A.C Simões. O perfil se baseia na variável sexo/gênero - feminino e masculino - disponibilizados no sistema- e raça/etnia. A reflexão se volta para a última década, período de 2010 a 2020.

Pode-se destacar a mudança de perfil no que concerne à raça/etnia dos discentes que compõem esse curso conforme dados do site oficial da UFAL, como já citado na metodologia.

Todos os anos analisados têm duas entradas na UFAL, ou seja, foram estudados dois semestres por ano .

Em 2010.1, o total de discentes matriculados/as, no curso de serviço social, foram 564, desse quantitativo 516 eram do sexo feminino e 48 eram do sexo masculino. Com relação a autodeclaração sobre sua raça, 292 eram pardas/os e 40 eram pretas/os, ou seja 332 estudantes eram negras/os; 182 eram brancas/os, 47 não declararam sua etnia, e 3 eram amarelas/os. (UFAL, 2024)

No semestre de 2010.2, foram 580 matriculados sendo 532 do sexo feminino e 48 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 295 pardas/os e 39 pretas/os, ou seja, 334 eram negras/os;182 brancas/os, 61 não declaradas/os, e 3 amarelas/os (idem). Podemos ver um aumento nos/as matriculados/as, porém não há alteração no gênero dos ingressantes, com relação à raça/etnia boa parte continua se auto identificando como pardo ou branco. Isso pode ser tanto pela questão da falta de possibilidade de entrar na universidade, quanto pelo sentimento de não pertencimento de uma raça ou o medo da rotulação.

No semestre de 2011.1, foram 618 matriculados sendo 565 do sexo feminino e 53 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 314 pardas/os e 47

pretas/os, ou seja, 361 eram negras/os; 187 brancas/os, 66 não declaradas/os, e 4 amarelas/os (idem). Nesse semestre, inicia um pequeno aumento com relação aos discentes do sexo masculino, porém continua um número bem baixo. Não há tantas alterações em relação à raça dos ingressantes, só mais um aumento na quantidade dos discentes como um todo.

No semestre de 2011.2, foram 586 matriculados sendo 534 do sexo feminino e 52 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 299 pardas/os e 48 pretas/os, ou seja, 347 eram negras/os; 176 brancas/os, 56 não declaradas/os, e 7 amarelas/os (idem). Ocorreu uma diminuição na quantidade total de discentes matriculados o que afetou diretamente os números, porém tem algumas pequenas variações nas raças/etnias dos discentes.

No semestre de 2012.1, foram 589 matriculados sendo 527 do sexo feminino e 62 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 295 pardas/os e 45 pretas/os, ou seja, 340 eram negras/os; 160 brancas/os, 82 não declaradas/os e 7 amarelas/os (idem). Neste ano em questão foi aprovada a Lei de Cotas, então o efeito esperado é que exista uma alteração mais significativa da raça dos discentes matriculados/as no curso.

Posteriormente à aprovação da lei de cotas, há um aumento na não declaração de raça, o que pode significar um estranhamento na própria visualização como pertencente a uma raça. Tem uma diminuição na discrepância de gênero, é possível visualizar um aumento na quantidade de discentes do sexo masculino, mas proporcionalmente às mulheres não é muito significativo.

No semestre de 2012.2, foram 579 matriculados sendo 521 do sexo feminino e 58 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 246 pardas/os e 52 pretas/os, ou seja, 298 eram negras/os; 160 brancas/os, 83 não declaradas/os, e 8 amarelas/os (idem). A Lei de Cotas ainda estava sendo iniciada, por isso não é possível determinar uma mudança significativa nos números, porém o número estável de homens ingressando no curso é um avanço importante.

No semestre de 2013.1, foram 570 matriculados sendo 510 do sexo feminino e 60 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 264 pardas/os e 51 eram pretas/os, ou seja, 315 eram negras/os; 153 brancas/os, 95 não declaradas/os, e 7 amarelas/os (idem). Este seria o primeiro ano da Lei de Cotas e deveria ser possível visualizar um aumento no curso, e da graduação em si, o aumento ocorreu mais na

não declaração de raça/etnia do que nos grupos em si. Porém, é constante o aumento com relação ao gênero masculino.

No semestre de 2013.2, foram 570 matriculados sendo 508 do sexo feminino e 61 do sexo masculino, em relação à raça/etnia foram 250 pardas/os e 53 eram pretas/os, ou seja, 303 eram negras/os; 144 brancas/os, 115 não declaradas/os, e 7 amarelas/os (idem). Esse seria o primeiro semestre a demonstrar mudanças mais significativas, porém, talvez, não da forma esperada

Nesse último semestre é possível observar o constante aumento com relação aos discentes do sexo masculino, mas cada vez mais eles não declararam uma raça/etnia na sua matrícula. Teve o declínio das pessoas da raça branca, mas não teve um efeito significativo nas outras raças/etnias.

No semestre de 2014.1, foram 553 matriculados sendo 495 do sexo feminino e 56 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 238 pardas/os e 50 eram pretas/os, ou seja, 288 eram negras/os; 134 brancas/os, 120 não declaradas/os, e 8 amarelas/os (idem). Ocorreu um declínio tanto nas matrículas de forma geral quanto no número de discentes do sexo masculino. Teve uma estabilização no pequeno aumento da raça/etnia negra, mas o aumento significativo foi a não declaração.

No semestre de 2014.2, foram 556 matriculados sendo 592 do sexo feminino e 54 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 237 pardas/os e 55 pretas/os, ou seja, 292 eram negras/os, 128 brancas/os, 127 não declaradas/os, e 8 amarelas/os (idem). Continua o declínio do sexo masculino no curso, porém outras mudanças devem ser destacadas

Um ponto importante a destacar é que a raça branca está tendo uma constante diminuição, o que é um avanço ao levar em conta a diversidade racial que deveria estar ocorrendo. A não declaração, infelizmente, está em um constante aumento, mas podemos ver isso também acontecendo nas outras raças/etnias.

No semestre de 2015.1, foram 550 matriculados sendo 492 do sexo feminino e 58 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 241 pardas/os e 51 pretas/os, ou seja, 292 eram negras/os; 122 brancas/os, 128 não declaradas/os, e 7 amarelas/os (idem). Os números referentes à entrada de discentes masculinos voltou a aumentar, sendo um ponto positivo, é a raça/etnia branca continua a diminuir. Infelizmente, isso também ocorreu no quantitativo dos discentes negros e indígenas.

No semestre de 2015.2, foram 531 matriculados sendo 476 do sexo feminino e 55 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 226 pardas/os e 61 eram negras/os, ou seja, 287 eram pretas/os; 122 brancas/os, 114 não declaradas/os, e 7 amarelas/os. Nesse semestre houve um declínio com relação ao número dos discentes de forma geral, mas é possível perceber um pequeno aumento em relação etnia/raça negra.

No semestre de 2016.1, foram 526 matriculados sendo 465 do sexo feminino e 61 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 236 pardas/os e 63 eram pretas/os, ou seja, 299 eram negras/os; 188 brancas/os, 100 não declaradas/os, e 7 amarelas/os (idem). Ocorreu uma nova diminuição nos números gerais dos matriculados, mas também houve um aumento nos números relacionados ao gênero. Como também um aumento nas pessoas que se autoidentifica com a raça/etnia negra.

No semestre de 2016.2, foram 538 matriculados sendo 466 do sexo feminino e 72 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 246 pardas/os e 65 pretas/os, ou seja, 311 eram negras/os; 125 brancas/os, 91 não declaradas/os, e 9 amarelas/os (idem). Um aumento constante em relação tanto aos discentes do sexo masculino como aqueles pertencentes a raça/etnia negra. Um importante avanço para a universalização da educação.

No semestre de 2017.1, foram 516 matriculados sendo 441 do sexo feminino e 75 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 247 pardas/os e 69 pretas/os, ou seja, 316 eram negras/os; 121 brancas/os, 68 não declaradas/os, 69 pretas/os e 8 amarelas/os (idem). A queda de ingressantes no curso é contínua, mas os dados demonstram o aumento com relação a presença do sexo masculino no curso e também de pessoas negras.

No semestre de 2017.2, foram 499 matriculados sendo 436 do sexo feminino e 63 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 238 pardas/os e 64 eram pretas/os, ou seja, 302 eram negras/os; 110 brancas/os, 73 não declaradas/os, e 11 amarelas/os. É impactante a diminuição da procura pelo Curso de Serviço Social, e impacta diretamente nas categorias de raça e gênero inseridas no curso.

No semestre de 2018.1, foram 495 matriculados sendo 438 do sexo feminino e 51 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 209 pardas/os e 58 eram pretas/os, ou seja, 267 eram negras/os; 101 brancas/os, 114 não declaradas/os, e 11

amarelas/os (idem). Alguns fatores continuam a apresentar declínio, mas volta a aumentar a quantidade de pessoas que não declaram sua etnia.

No semestre de 2018.2, foram 514 matriculados sendo 457 do sexo feminino e 57 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 194 pardas/os e 54 pretas/os, ou seja, 248 eram negras/os; 92 brancas/os, 162 não declaradas/os, e 9 amarelas/os (idem). As ingressantes do curso voltaram a aumentar e algumas das categorias seguem o mesmo fluxo positivo, mas o aumento alarmante da não declaração ainda continua.

No semestre de 2019.1, foram 489 matriculados sendo 438 do sexo feminino e 51 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 189 pardas/os e 53 pretas/os, ou seja, 242 eram negras/os; 95 brancas/os, 145 não declaradas/os, e 6 amarelas/os (idem). O número geral de discentes de Serviço Social volta a cair e com eles alguns outros números apresentam um declínio, porém a grande diminuição da raça branca é um aspecto positivo, contudo parece que esse fluxo está sendo direcionado para a não declaração de raça/etnia.

No semestre de 2019.2, foram 501 matriculados sendo 444 do sexo feminino e 57 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 200 pardas/os e 56 pretas/os, ou seja, 256 eram negras/os; 97 brancas/os, 140 não declaradas/os, e 7 amarelas/os (idem). Cresce o número de matriculados no curso, como também o aumento dos discentes negros e do sexo masculino.

No semestre de 2020.1, foram 558 matriculados sendo 490 do sexo feminino e 68 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 240 pardas/os e 59 pretas/os, ou seja, 299 eram negras/os, 112 brancas/os, 140 não declaradas/os, e 6 amarelas/os (idem). Dentro do contexto da pandemia parece que o número de ingressantes não foi, negativamente, afetado e até mesmo tem um aumento nas raças e uma estabilização na não declaração de raça/etnia.

No semestre de 2020.2, foram 509 matriculados sendo 449 do sexo feminino e 60 do sexo masculino, em relação a raça/etnia foram 211 pardas/os e 55 pretas/os, ou seja, 266 eram negras/os, 105 brancas/os, 130 não declaradas/os, e 8 amarelas/os (idem). Na segunda metade do ano parece se alterar, têm uma diminuição no total de matrículas no curso e no quantitativo de homens. Esse declínio também pode ser observado nas raças/etnias, o que pode ser um reflexo da diminuição de ingressantes no curso.

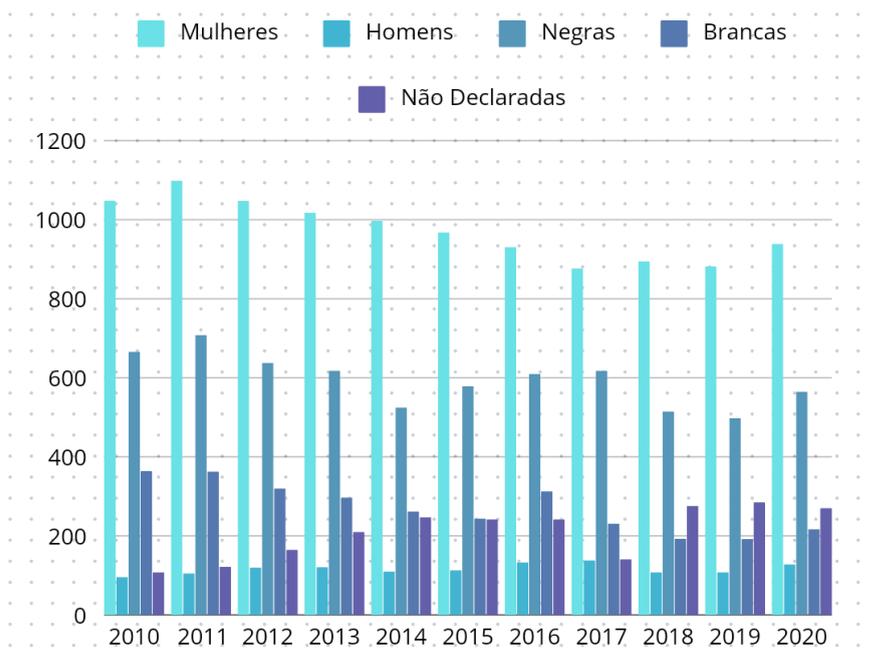


Figura do autor.

Como abordado em seções anteriores, no contexto do capitalismo patriarcal as atribuições e divisões na sociedade, até mesmo no âmbito do trabalho e na universidade, são determinadas a partir de um viés racista e patriarcal. O Serviço Social é uma profissão, historicamente, caracterizada como feminina, como demonstram os dados apresentados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa foi possível compreender que a intersecção de gênero está presente na formação profissional de docentes e discentes nos últimos dez anos. As reflexões teóricas fundamentam o entendimento de que as desigualdades de gênero e raça são funcionais à manutenção do modo de produção capitalista.

Através dos dados obtidos sobre a UFAL é plausível o entendimento de que existe uma grande diferença em relação ao quantitativo do alunado por gênero, tanto nos docentes e discentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas Campus A.C Simões. Em relação à questão de raça, detectou-se que com o tempo foi se tornando mais equilibrado quantitativamente entre negras/os e brancas/os, o que demonstra uma grande conquista para a profissão, mas o mesmo não pode ser dito sobre a quantidade de homens ingressos no curso.

Esse demonstrativo dos dados só confirma a necessidade do aprofundamento dessa temática no contexto do curso de Serviço Social, como também reflete no perfil profissional da/o assistente social. Além de proporcionar um fortalecimento no projeto ético-político da profissão de Serviço Social.

Os resultados indicam que tanto a composição das discentes quanto a composição das docentes, no curso de serviço social, são majoritariamente do sexo feminino, cuja diferença é exorbitante. Esse é um reflexo histórico da profissão, já que, quase em sua totalidade, as assistentes sociais são mulheres de acordo com a pesquisa feita pelo CFESS em 2022⁶.

Outro elemento de extrema importância foi a revisão de literatura com a leitura de livros e artigos para um maior aprofundamento sobre a temática e a apreensão sobre o impacto da mesma na sociedade. O entendimento sobre como a profissão foi criada é imprescindível para a compreensão em relação às mudanças atuais e como elas se relacionam com possíveis caminhos para a superação da exploração e opressão de classe, gênero e raça na vida em sociedade.

O objetivo final da pesquisa foi cumprido na medida em que foi possível compreender como a gênese de uma profissão fica com a marca no decorrer dos tempos e a representação social de seu perfil fica no ideário da população, mesmo

⁶ O ebook com os dados do perfil das/os assistentes sociais está disponível no link: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf>

com um projeto profissional que traz a ruptura com a imagem da "profissional da ajuda", muito pouco mudou sobre a marca do feminino na profissão. Vê-se, portanto, como a universidade retrata as desigualdades da sociedade em termos das questões de gênero e étnico-racial, particularmente no serviço social.

Não se pode dizer que não ocorreu mudanças e melhorias no acesso desses grupos oprimidos, porém ainda não afetou substancialmente a realidade.

Infelizmente, no contexto do modo de produção capitalista, é impossível romper com a ideologia conservadora das atribuições da mulher na sociedade. Por fim, a população está presa em um ciclo vicioso, gerado pela reprodução ideológica e cultural que tem suporte no patriarcado racista, funcional à manutenção do capitalismo. Assim, o Serviço Social continua sendo visto como uma profissão a ser exercida por mulheres sob a égide da mística da ajuda.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Wagner Roberto do; BILAR, Jenifer Araujo Barroso. **A questão indígena no Serviço Social: um debate necessário na profissão.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 46, 2020.
- BACKES, Vanessa Ferreira; THOMAZ, Jean Rodrigo; DA SILVA, Fabiane Ferreira. **Mulheres docentes no ensino superior: problematizando questões de gênero na Universidade Federal do Pampa.** Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade, v. 9, n. 2, p. 166-181, 2016.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista estudos feministas, v. 10, p. 171-188, 2002.
- DIAS, Daiana Nardino; ZUCCO, Luciana Patricia. **De mulher para mulher: o debate de gênero no Serviço Social.** Revista Feminismos, v. 3, n. 2/3, 2015.
- EURICO, Márcia Campos. **A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social.** Serviço Social & Sociedade, p. 515-529, 2018.
- EURICO, Márcia Campos. **Nota Técnica sobre o trabalho de assistentes sociais e a coleta do quesito Raça/Cor/Etnia.** CFESS, Brasília, 2021.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Editora Elefante, 2023.
- FREITAS, Rita de Cassia Santos et al. **História do serviço social—resgatando uma história de mulheres.** 2018.
- GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** Revista Katálisis, v. 21, p. 514-522, 2018.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** Cortez, 1982.
- KYRILLOS, Gabriela M. **Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade.** Revista Estudos Feministas, v. 28, p. e56509, 2020

LIMA, Ana Nery Correia. Mulheres militantes negras: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas. In: **Resumo do II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**. 2013. p. 15.

LIMA, Rita de Lourdes de. **Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações**. Serviço Social & Sociedade, p. 45-68, 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social: encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Revista katálysis, v. 13, p. 66-75, 2010.

LORDE, Audre et al. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Bazar do Tempo Produções e Empreendimentos Culturais LTDA, 2019

LUNA, Lenilda. **Ufal se prepara para adequar as cotas após aprovação de lei federal: A instituição foi pioneira na implantação de cotas, desde 2003**. Maceió, 3 nov. 2023. Disponível em:
[https://ufal.br/ufal/noticias/2023/11/ufal-se-prepara-para-adequar-as-cotas-apos-aprovacao-de-lei#:~:text=A%20Ufal%20j%C3%A1%20aceitava%20alunos,sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo%20\(per%20capita\)](https://ufal.br/ufal/noticias/2023/11/ufal-se-prepara-para-adequar-as-cotas-apos-aprovacao-de-lei#:~:text=A%20Ufal%20j%C3%A1%20aceitava%20alunos,sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo%20(per%20capita).). Acesso em: 5 dez. 2023.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Serviço Social: Identidade e Alienação** / Maria Lucia Martinelli.- 6. ed. - São Paulo : Cortez, 2000.

MOREIRA, T. F.; PASSOS, Rachel Gouveia. **Luta antimanicomial e racismo em tempos ultraconservadores**. Temporalis, Brasília, n. 36, p. 178-192, 2018.

OLIVEIRA INÁCIO, Miriam de. **A introdução do debate feminista no âmbito do projeto ético-político do Serviço Social: avanços e impasses**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019. 2019.

OLIVEIRA, Daniele de; RESENDE, Viviane de Melo. **Branquitude, discurso e representação de mulheres negras no ambiente acadêmico da UFBA**. Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso, v. 15, p. 149-171, 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, 1995.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade**. Revista estudos feministas, v. 13, n. 01, p. 11-30, 2005.

SOUSA, Franciele Santana de; MOURA, Maria Aparecida Garcia. **Uma discussão acerca da questão de gênero e o Serviço Social**. 2013.

SOCIAL, CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

SOCIAL, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO. **Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional.** Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais. Brasília, 2022.

SILVA, Marlise Vinagre. **Ética, direitos humanos e o projeto ético-político do serviço social.** VERMELHA Estudos de Política, 2004.

SILVA, Alane Ananias da. **As Mulheres Docentes na Universidade Federal de Alagoas na Perspectiva de Gênero e Raça.** Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, p.63.2023.

SILVA, Joelcio Jackson Lima. O Perfil de Lugar das Mulheres Discentes dos Campi e Unidades Fora de Sede da UFAL, nos Últimos Dez Anos, 2021, **Relatório PIBIC.** Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SILVA, Alane Ananias da. O Perfil de Lugar das Mulheres Docentes dos Campi e Unidades Fora de Sede da UFAL, nos Últimos Dez Anos, 2021, **Relatório PIBIC.** Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

SOARES, Cristiane Barbosa; SILVA, Fabiane Ferreira da. **Raça e Gênero no corpo docente da Universidade Federal do Pampa.** Cadernos de gênero e diversidade, v. 5, n. 3, p. 30-52, 2019.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo, conservadorismo e Serviço Social.** Libertas, v. 20, n. 2, p. 373-391, 2020.

TÁBOAS, Ísis Dantas Menezes Zornoff. **Apontamentos materialistas à interseccionalidade.** Revista Estudos Feministas, v. 29, p. e76725, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Sobre a UFAL. UFAL. Disponível em: <https://www.ufal.br/sobre>. Acesso em: 10 fev. 2024.